

O CULTO DE S. TIAGO NO NORTE DE PORTUGAL *

JOSE MARQUES **

1. INTRODUÇÃO

Talvez se estranhe a iniciativa de nos propormos dissertar, na sessão de encerramento deste «II Encontro dos Caminhos Portugueses para Santiago de Compostela», sobre um tema, que, aparentemente, se afasta da tradicional «convergência» viária para Compostela, aliás, bem patente na generalizada ânsia de chegar sem demora ao túmulo do Apóstolo S. Tiago, meta que sempre constituiu grande expectativa e eficaz lenitivo para os peregrinos, no meio das agruras e dificuldades inerentes às suas longas caminhadas.

A verdade, porém, é que, longe de nos afastarmos dos caminhos de S. Tiago, teremos oportunidade de assinalar as profundas e estreitas repercussões que a devoção de quantos os percorriam, bem como o culto e as peregrinações jacobeias tiveram no Norte de Portugal, aí fazendo surgir inúmeras realidades, que, além de valorizarem essas vias de itinação essencialmente religiosa, justificam quanto se possa fazer no sentido de as recuperar, dentro do quadro sociológico actual, onde há também lugar para a espiritualidade, que, não obstante as fraquezas humanas, sempre as marcou e foi seu apanágio.

* Este texto é a ampliação do que serviu de base à comunicação apresentada na sessão de encerramento do «II Encontro dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela», realizado em Vigo, de 8 a 10 de Maio de 1992. A publicar também nas respectivas *Actas*.

** Universidade do Porto.

É que os reflexos, marcas ou consequências da devoção e do culto jacobeus nas terras a sul do rio Minho são muito anteriores ao início e consumação do processo da independência de Portugal. Nessa altura já aí tinham surgido diversas paróquias com S. Tiago como orago ou padroeiro celeste, por certo, expressão da devoção e culto, que continuaram a crescer, mercê do fluxo das peregrinações populares, com a participação de nobres e clérigos e até, em casos raros, dos soberanos, bastando recordar, as presenças de D. Afonso II, da Rainha Santa Isabel e de D. Manuel I.

É precisamente aí (na devoção, no culto e nas peregrinações) que radica a motivação de numerosas e importantes doações feitas pelos reis leoneses à Igreja compostelana, que sobre tais domínios — mais tarde portugueses — exerceu a sua jurisdição, até finais da Idade Média¹.

Concentrando a nossa atenção sobre o conjunto de aspectos que, de múltiplas formas, traduzem a pervivência em Portugal de antigas manifestações devocionais jacobeias, tanto anteriores como subseqüentes à autonomia política de Portugal, não olvidamos os caminhos portugueses de peregrinação a Santiago; pelo contrário, procuramos ampliar o nosso olhar retrospectivo e ir mais longe, ultrapassando a estrutura viária, com toda a riqueza dos seus aspectos arqueológicos, artísticos, económicos e culturais. Contribuiremos, mesmo, para responder a algumas interrogações já por nós formuladas sobre o impacto religioso e social do culto e das peregrinações, no Norte de Portugal, e para esclarecer outras questões relativas ao fluxo itinerante para Compostela² e, ainda, sobre as respostas populares, de certos estamentos sociais ou meramente individuais, à afirmação da devoção e do culto jacobeus, ao longo dos séculos

¹ Sobre esta temática veja-se a nossa comunicação intitulada *D. Afonso IV e as jurisdições senhoriais galaico-leonesas no Norte de Portugal*, a publicar nas *Actas do «IV Colóquio Galaico-Minhoto»*, realizado em Lugo, em 1990.

² Pensamos, concretamente, na comunicação apresentada ao «Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela», realizado no Porto (Palácio da Bolsa), de 10 a 12 de Novembro de 1989, no qual desenvolvemos o tema: *A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal, nos finais da Idade Média*. No prelo.

³ Ao fazermos estas breves referências, temos em mente o conjunto de capelas construídas em honra de S. Tiago, entre os séculos XVI e XVIII, de que nos ocuparemos, na parte final deste estudo.

Gostaríamos de observar ainda que no título desta exposição omitimos intencionalmente a referência a balizas cronológicas para traduzirmos e melhor nos movimentarmos dentro da realidade histórica, que estamos a apresentar de forma global, reservando para o corpo do estudo a análise sectorial.

Podemos, por isso, afirmar que estamos em presença de um fenómeno histórico de longa duração, que, não obstante a diversa amplitude das inevitáveis oscilações, constitui um poderoso elo de ligação entre Portugal — em especial da sua parte Norte — e Santiago de Compostela, capital que é da Galiza, relações, que o próximo ano jacobeu e a valorização das grandes regiões afins, dinamizada no quadro da política de integração europeia, continuarão a estimular.

Conforme anunciámos, apresentaremos um variado conjunto de manifestações históricas, de marcas ou sinais inequívocos do impacto provocado pela devoção e pelas peregrinações a Santiago de Compostela, na zona Norte de Portugal, que melhor conhecemos, ou, por outras palavras, tentaremos surpreender os efeitos práticos, imediatos, da devoção a este Apóstolo, traduzida não só em actos, indiscutivelmente, de natureza religiosa, mas também nas mais variadas estruturas de apoio a quantos se dirigiam para Compostela ou regressavam da peregrinação ao túmulo do Apóstolo S. Tiago.

A esta luz, o *caminho de Santiago* ganhará novas dimensões.

Embora, neste momento, já não seja necessário, pois todos se aperceberam da flexibilidade com que utilizámos o termo «culto», desejamos esclarecer que o tomamos em sentido lato, isto é, nele incluindo a veneração e as homenagens prestadas de acordo com as normas e os formulários dos livros litúrgicos, aprovados pela competente autoridade eclesiástica, bem como outras manifestações de devoção e piedade, individuais ou colectivas.

Traçado, assim, em linhas gerais o objectivo desta exposição, passemos à análise tipológica das variadas manifestações de cunho jacobeu, com a observação prévia de que ofereceremos, preferentemente, um conjunto de informações documentadas, e não uma teoria sobre esta realidade histórica tão rica e complexa, como é a peregrinação jacobea e os seus caminhos ..., que urge aprofundar, a fim de sobre ela se poder formular uma teorização digna e aceitável.

2. PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES

2.1. Doações régias à Igreja de Compostela

O mais antigo testemunho da devoção a S. Tiago até agora conhecida em território actualmente português, é, sem dúvida, a sagração ou dedicação da igreja de Castelo de Neiva a este Apóstolo, feita pelo bispo Nausto de Coimbra, em 862 (?), de acordo com a leitura mais provável do célebre documento epigráfico, que valerá a pena divulgar mais uma vez⁴, surgindo, pouco depois, as diversas doações de terras, igualmente, sitas em Portugal, feitas pelos reis leoneses e confirmadas com os seus rendimentos, quer pelos Condes Portucalenses, quer pelos próprios reis de Portugal.

Assim aconteceu com Afonso III, que, além de, em 883, ter confirmado a doação do Mosteiro de S. Frutuoso de Montélios a Santiago de Compostela, feita pelo presbítero Cristóvão⁵, em 899,

⁴ COSTA, P.^a Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra, 1959, vol. I, p. 338 e vol. II, p. 119, donde extraímos esta reprodução (aí se encontrando também a síntese do estudo crítico da data da epígrafe, motivado pelo facto de estar mutilada):



«† In Dei nomine sacrabit / basilica Sancti Jacobi / Apostoli Dom-
nus Nausti episcopus /s Era DCCCC»,

⁵ *Esp. Sagr.*, XIX, p. 20. Cf. COSTA, P.^a Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, vol. I, Coimbra, 1959, p. 12. O túmulo terá sido descoberto pelo bispo Teodomiro de Iria, nos princípios do século IX, no tempo de Afonso II (791-842). Os autores, porém, não coincidem na fixação da data da descoberta, tendo, para uns, ocorrido em 812-814,

tomou a iniciativa de lhe doar a igreja de S. Vítor e outras propriedades, nos subúrbios de Braga⁶. Situação idêntica se verificou com a vila rústica da Correlhã, doada a Santiago de Compostela, no dia 30 de Janeiro do ano de 915, pelo rei Ordonho II, esclarecendo o monarca que também lhe doava todos os direitos a ele devidos pelos servos, libertos e homens livres⁷.

A devoção ao Apóstolo S. Tiago, que está indiscutivelmente subjacente a esta doação, volta a ser explicitamente afirmada, quando, em 9 de Dezembro de 1097, os Condes D. Henrique e D. Teresa, por ocasião da sua peregrinação a Santiago de Compostela — «*et nos amore huius apostoli venientes causa orationis*» — lhe confirmaram a referida vila *corneliana* e a transformaram em couto ou terra imune, iniciando-se a carta de doação com esta invocação: «*Glorioso et venerabili patrono nostro domno Iacobo cuius corpus tumulatum digna sepultura manet in finibus Amaee*», retomando a ideia na parte expositiva, nos seguintes termos: «*... huic apostolo fieri hoc comissorium et testamenti scripturam elegimus ...*»⁸. Foi também em nome dessa mesma devoção: «*pro remedio anime mee et intuitu Beati Jacobi Apostoli et amore domini Johannis Arie, archiepiscopo, et capituli compostellani ...*», que D. Sancho II, D. Afonso (III) e D. Dinis confirmaram a S. Tiago diversos privilégios relativos aos coutos da Correlhã, Mouquim e Nogueira⁹.

Para simplificar, diremos apenas que no século XIV, o Cabido de Santiago possuía também na área da Arquidiocese de Braga o

e por isso optam por 813 (entre eles CARRO OTERO, José — *O caminho português das peregrinações a Santiago* (Aquarelas de S. Hevia), Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Conselleria de Relacións Institucionais, 1991, p. [5]. Anos antes, o Professor Fernando Lopez Alsina, na sua tese de doutoramento, *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, Ayuntamiento e Centro de Estudios Jacobeos, 1988, p. 110, inclinou-se para a década de 820 a 830, como o período em que se verificou o achamento do túmulo com relíquias.

⁶ *Esp. Sagr.*, XIX, p. 341. Cf. COSTA, P.^o A. de J. da — *O. c.*, vol. I, p. 12.

⁷ *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*, n.^o 18 e 19. Cf. COSTA, P.^o Avelino de Jesus da — *O. c.*, vol. I, p. 203.

⁸ *Documentos medievais portugueses. I. Documentos régios (D.M.P., I. D.R.)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958, p. 9.

⁹ FERNANDEZ DE VIANA Y VIEITES, J. Ignácio — *La feligresia portuguesa de Correlha y la Sede Compostela*, in «*Compostellanum*», Santiago de Compostela, vol. 4, n.^o 4, Out.-Dez., 1970, pp. 3-33.

couto de Mouquim, próximo de Vila Nova de Famalicão, sobre o qual conservava toda a jurisdição, que D. Afonso IV, face às provas apresentadas lhe respeitou, conforme decorre da sentença, datada de 24 de Julho de 1341¹⁰, à semelhança da forma como tinha procedido em relação à jurisdição compostelana no couto da Correlhã, ordenando, contudo, para este último caso, que o Cabido de Santiago nomeasse um homem bom que, anualmente, recebesse o juramento do novo juiz eleito¹¹.

Esta atitude do monarca tem de ser especialmente valorizada, sobretudo se pensarmos que ele chegou a apropriar-se da jurisdição do senhorio arquiépiscopal de Braga, situação que foi resolvida pouco antes de partir, tal como fez o prelado bracarense, para a campanha do Salado (1340), embora o documento da devolução oficial da jurisdição de Braga a D. Gonçalo Pereira, só esteja datado de Frielas, no dia 24 de Agosto de 1341¹².

Referimo-nos expressamente às terras e igrejas, situadas em território que hoje é português, directamente dependentes do Cabido de Santiago, como administrador dos bens desta igreja, mas não deveremos olvidar que, paredes meias com a catedral, levantada sobre o túmulo do Apóstolo, estava o Mosteiro de Ante-Antares, igualmente detentor na Arquidiocese de Braga, dos coutos de Paradela, Crasto e Mazarefe, doados em 11 de Junho de 985 pelo conde D. Telo e cuja carta de doação alude expressamente ao apóstolo S. Tiago¹³, aspecto que, não obstante a bem organizada defesa judicial, terá pesado também na decisão de D. Afonso IV lhe confirmar a jurisdição até então livremente exercida¹⁴.

¹⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Afonso IV*, liv. 4, fls. 73-73v.

¹¹ A.N.T.T., *Além Douro*, liv. 2, fls. 225v-226.

¹² A.N.T.T., *Além Douro*, liv. 2, fls. 227v-228.

¹³ Catálogo do *Arquivo da Casa de São Payo*, Bragança, Museu Abade de Baçal, 1988, p. 31 (n.º 172) e p. 58, onde esse documento está reproduzido em facsimile. Cf. SÃO PAYO, Conde de (D. António) — *Dois documentos inéditos anteriores à nacionalidade*, sep. de «O Arqueólogo Português», Lisboa, vol. 27, 1930, pp. 3-22.

¹⁴ A.N.T.T., *Chanc. de D. Afonso IV*, liv. 4, fl. 11; *Além Douro*, liv. 4, fls. 194v-195.

¹⁵ COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *Dedicação da Sé de Braga. 28 de Agosto de 1089. Resposta a Bernard F. Reilly*, Braga, Ed. do Cabido Metropolitano e Primacial Bracarense, 1991, p. 15.

Além dos documentos, datados de Agosto de 1220 — «*apud Sanctum Jacobum*» —, que nos informam da peregrinação de D. Afonso II a Santiago de Compostela¹⁵, pelo seu testamento, datado de 1214, ficamos a saber da intensa devoção que este monarca lhe dedicava, a ponto de confiar a rainha, sua esposa, os filhos e o próprio Reino à sua protecção: «*segiã en sa comenda*», deixando também «*a Santiago de Galicia ICCC maravidis por meu aniversário*»¹⁶, isto é, dois mil e trezentos maravedis para a celebração anual de um «aniversário» por sua alma.

Embora não abundem as notícias acerca de peregrinações dos nossos Reis da primeira dinastia a Santiago de Compostela, temos notícias da efectuada por D. Sancho II, em 1244¹⁷, pela Rainha Santa, D. Isabel, após a morte de D. Dinis, quando já reinava D. Afonso IV. A esta constatação não deverá ser estranho o facto de em quase todos os reinados ter havido alguma situação tensional entre os monarcas portugueses e castelhanos. Daí, no entanto, não poderemos inferir falta de devoção, pois é possível que tenham enviado as suas ofertas, ainda não suficientemente inventariadas, convido examinar com atenção os seus testamentos e respectivas *crónicas*, como aconselha o facto de pela de D. Dinis sabermos que deixou, em testamento, «*ao Cabido de S. Tiago de Galiza trezentos maravidis por meu aniversário*»¹⁸.

Bastariam estas referências documentais para demonstrar que, ao falar de Santiago e de Portugal, não é razoável associar mentalmente, numa perspectiva de antagonismo, as realidades políticas que são Portugal e Castela, porque algumas doações, já referidas, são muito anteriores aos primórdios do Condado Portucalense, como núcleo central que foi do processo de autonomia nacional.

A importância destas doações feitas por monarcas e clérigos assinalam bem o vigor da devoção ao Apóstolo S. Tiago, poucas

¹⁶ COSTA, P.^a Avelino de Jesus da — *Os mais antigos documentos escritos em Português*, in «Revista Portuguesa de História», Coimbra, vol. XVII, 1979, p. 314. Ver também, MATOS, M. Cadafaz de — *O culto português a Sant'Iago de Compostela ao longo da Idade Média*, in «Bibliotecas, Arquivos e Museus», Lisboa, vol. I, 1985, p. 548, nota 1.

Permitimo-nos chamar a atenção do leitor para o texto do original do testamento de D. Afonso II, integrado no estudo referido nesta mesma nota, já que outras versões, incluindo a do seu cronista, apresentam divergências profundas com o original.

¹⁷ MATOS, M. Cadafaz de — *O. c.*, p. 543.

¹⁸ BRANDÃO, Frei António — *Crónica ...*, p. 121.

décadas após a descoberta do seu túmulo — segundo os estudos mais recentes, *ocorrida entre 820 e 830*¹⁹ — e ajudam-nos a compreendermos melhor as razões profundas da generalizada estima pelos peregrinos, e, em particular, pelos que se dirigiam a Compostela, onde se encontrava o túmulo do Apóstolo, que passou a ser considerado o grande patrono dos exércitos cristãos na luta contra as hostes agarenas.

2.2. Doações de reis e nobres a instituições portuguesas

Embora já nos tenhamos ocupado, mais demoradamente, da assistência prestada aos peregrinos, na extensa zona Norte de Portugal, sobretudo aos que se dirigiam para Compostela ou de lá regressavam, porque eram essencialmente estes os que por lá passavam²⁰, é do maior interesse documentar, também, a solicitude com que os monarcas e os nobres procuravam obviar às suas necessidades mais prementes.

Também aqui apresentaremos somente uma amostra documental, com o objectivo de tipificar um reflexo notável da devoção jacobea, que tem como protagonistas principais os monarcas e destacados membros da nobreza galaico-minhota, situando-se, por isso, na linha do que vínhamos expondo. Também aqui não dispomos de levantamentos exaustivos, mas os elementos ao nosso alcance são bastante elucidativos, apesar do conhecido laconismo da documentação mais remota.

É o que se verifica na citada doação do rei Ordonho à igreja da Correlhã, Ponte de Lima, em que alude, sem qualquer rodeio à conveniência de alienar certos bens a fim de com o valor do preço se atender às necessidades de pobres e peregrinos: «... *pro subsidio pauperum et peregrinorum*»²¹. Por seu turno, quando, em 18 de

¹⁹ ALSINA, Fernando Lopez — *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela, 1988, p. 110, escreve: «Casi con toda seguridad podemos fijar el descubrimiento en algún momento de la década 820-830». Corrige, assim, o autor a opinião admitida anteriormente, segundo a qual a descoberta do túmulo do Apóstolo ter-se-ia verificado no ano de 813. (Cf. *O. c.*, p. 110, nota 29).

²⁰ Ver a nossa comunicação *A assistência aos peregrinos no Norte de Portugal na Idade Média*, apresentada ao «I Encontro sobre os Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela», realizado no Porto, de 10 a 12 de Novembro de 1989. No prelo.

²¹ A.D.B., *Rerum memorabilium* ..., I, fl. 133.

Maio de 951, o rei Ramiro, de Leão, doou a vila rústica de «*Mellares*» — ainda não identificada — ao Mosteiro de Guimarães, impôs-lhe, explicitamente, como condição a obrigação de sustentar ou do sustento dos «*hospitum, advienientium, peregrinorum, et pauperum*»²². Poucos anos depois, em 959, o conde Hermenegildo Gonçalves, marido de Mumadona Dias, ordenou no seu testamento que parte dos seus bens fosse dada aos pobres, peregrinos, viúvas e órfãos «*vel sanctorum ecclesie*»²³, sendo verdadeiramente interessante esta equiparação dos pobres e peregrinos aos santos celebrados nas igrejas.

Conservando-nos ainda no âmbito da família da Condessa Mumadona Dias, podemos acrescentar que a sobrinha, a *devota* D. Chama, em 960, mandou distribuir os seus bens por diversos mosteiros, pelos cativos (isto é, para a redenção ou resgate dos cativos) e para assistência aos *peregrinos*, determinando ainda que os seus servos fossem libertados²⁴. A mesma solicitude para com os peregrinos está bem clara na doação, que, em 961, Adosinda fez de Vila Cova, no couto de Moreira de Cónegos, ao Mosteiro de Guimarães, salientando a sua preocupação com a assistência aos pobres, hóspedes e peregrinos: «*... pauperum etiam hospitum et peregrinorum*»²⁵.

Com este e outros ónus de idêntico teor, fácil se torna verificar a importante função assistencial exercida pelo Mosteiro de Guimarães, nos séculos anteriores à fundação do Condado Portucalense e à transformação desta instituição monástica em igreja colegiada.

A estas notícias, particularmente expressivas pela sua antiguidade, podemos associar a exigência dos fundadores do Mosteiro de Santa Maria da Oliveira (V. N. de Famalicão), que, já em 28 de Outubro de 1085, em documento por eles outorgado, mencionaram os «*... advene et peregrini pauperes et pupili vidue et orfani*»²⁶.

Poderíamos multiplicar as referências de idêntico teor, mas, para não cairmos numa casuística repetitiva e enfadonha, bastará dizer que em muitas cartas de couto há menções à obrigatoriedade

²² *Vimaranis Monumenta Historica* (V.M.H.), I, Vimarane, 1908, pp. 4-5 (doc. n.º 5).

²³ V.M.H., I, p. 7 (doc. n.º 9).

²⁴ V.M.H., I, p. 11 (doc. n.º 11).

²⁵ V.M.H., I, p. 13 (doc. n.º 12).

²⁶ L.F., I, pp. 157 e 160.

²⁷ *Documentos medievais portugueses. I. Documentos régios* (D.R.), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1959, p. 229.

de os seus titulares — normalmente instituições monásticas e diocesanas — atenderem convenientemente os hóspedes, os pobres e os *peregrinos*, como se verifica pela carta de couto outorgado por D. Afonso Henriques ao Mosteiro de Paderne, em 16 de Abril de 1141 — «*et hospites ac peregrinorum recipiant*»²⁷ — e do mesmo modo na carta concedida pelo mesmo soberano ao Mosteiro de Vila Nova de Muía²⁸, situado no actual concelho de Ponte da Barca.

Creemos que estas referências, cujo conteúdo se repete em tantos outros documentos similares nos tempos seguintes, bastam para documentar a solicitude dos monarcas leoneses e do nosso primeiro Rei, bem como de nobres famílias portugalenses pelos vários tipos de necessitados, incluindo os «*peregrinos*» e, em especial, os de Santiago de Compostela, com os quais estavam mais em contacto, quer porque frequentemente lhes batiam à porta, quer porque se dirigiam às instituições expressamente incumbidas de lhes prestarem, dentro do possível, o apoio de que careciam.

É precisamente aqui que podemos fixar a génese da consciência que os governantes e classes dirigentes vão assumindo das suas responsabilidades, face aos carenciados e desprotegidos da sociedade.

Ainda vinha longe, é certo, o tempo em que essa consciência havia de amadurecer e impor-se como uma obrigação social; mas não há dúvida de que os primórdios estavam lançados.

2.3. Os votos de S. Tiago

Falar, neste momento, dos *votos de Santiago* em Portugal, que agora conhecemos bastante melhor, mercê de um estudo de conjunto, apresentado e defendido publicamente, há menos de um ano²⁹, não tem qualquer sabor a recordação de polémicas antigas, quer relativas ao voto do rei Ramiro (I ou II), como fundamento da recolha de tais prestações, quer em torno da contestação de natureza historiográfica que o mesmo sofreu, especialmente, nos séculos XVI e XVII.

Embora não nos detendo nos pormenores da oposição desencadeada pela Arquidiocese de Braga, ao pagamento dos votos a

²⁸ D.R., p. 214.

²⁹ MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira — *Os votos de S. Tiago no Norte de Portugal na Idade Média (Séculos XII-XV)*, Porto, 1991 (Policopiada).

Santiago, não poderemos omitir algumas notas indispensáveis à sua compreensão, até porque o seu exemplo transformou-se em contagioso estímulo de tentativa de recusa desse tributo por parte de outras dioceses. A escassez documental não permite apurar com exactidão o início dessa convicta oposição. Apesar disso, parece-nos oportuno começar por responder a esta pergunta sobre o início dessa oposição. Segundo o teor da carta do Arcebispo D. Paio Mendes ao prelado compostelano, escrita por ocasião da sua nomeação para cónego da Catedral de Santiago (1121), o Arcebispo de Braga recordou a Diogo Gelmirez que tinha recebido de suas mãos os votos da terra de Bragança, quando aí era tenente (*tenens*) Fernando Mendes: «*vota de terra Ferdinandi Menendiz, que olim in beneficium a vobis suscepimus*», o que levou o Prof. Doutor Avelino de Jesus da Costa a tomar a data de 1121, como início da resistência a tal pagamento.

Nesta decisão terão pesado não só o facto de D. Paio Mendes ser o primeiro arcebispo de Braga de origem portuguesa, após a restauração da diocese bracarense, mas também a sua conhecida oposição à influência dos Condes de Trava junto de D. Teresa e à não menor ingerência de Diogo Gelmires no sector eclesiástico, chegando, inclusive a tentar a transferência da dignidade metropolitana de Braga para Compostela, evitada apenas pelas adversidades encontradas pelos seus emissários, a quem os partidários de Afonso I de Aragão confiscaram as 120 onças de ouro, que deveriam entregar em Roma, como preço do desejado título de metropolitano, e pela morte do papa Gelásio II, projecto que o novo pontífice, Calisto II, não aceitou³⁰.

Antes de prosseguirmos, embora correndo o risco de repetirmos sumariamente aspectos conhecidos de quem vive tão próximo de Santiago de Compostela, parece-nos oportuno responder a esta pergunta:

— *Mas o que eram os votos de Santiago?*

Segundo o *Chronicon Iriense*, foi a partir de 834 que tudo começou com Ramiro II, que não satisfeito com a oferta por ele

³⁰ ERDMANN, Carl — *O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, Coimbra, 1935, pp. 30-32.

A cedência de Gelásio II à proposta de Diogo Gelmires compreende-se, atendendo a que o arcebispo de Braga, Maurício Burdino, como antipapa nomeado pelo imperador Henrique V, da Alemanha, obrigaria Gelásio II a abandonar a cidade de Roma (cf. ERDMANN, C. — *O. c.*, pp. 29-34).

feita à catedral de Compostela, ordenou que todas as igrejas situadas a Ocidente do rio Pisuerga até ao Douro, pagassem, anualmente, a esta igreja que abrigava o túmulo do Apóstolo S. Tiago um *censo*, no valor de uma medida de pão e de um almude de vinho por cada junta de bois com que lavrassem a terra, como prova de gratidão pela vitória sobre os árabes, pondo assim termo, pela via militar, à degradante exigência de cem donzelas por ano³¹.

Quaisquer que sejam as posições adoptadas no plano teórico³², é incontroverso que na Arquidiocese de Braga cedo foi abandonado tal pagamento à igreja compostelana, passando a beneficiar de tais réditos a catedral bracarense, que, por sua vez, a partir do séc. XIII, experimentou também uma forte oposição dos lavradores a este pagamento.

Mencionando aqui os votos de Santiago, pretendemos apenas, aduzir mais um poderoso elemento capaz de recordar a quantos, de algum modo, estão relacionados com este longo processo, a figura do Apóstolo protector dos cristãos e de seus exércitos, especialmente durante os longos séculos da reconquista cristã.

Prescindimos também, de todo o volume do contencioso local, gerado em torno dos votos, para acentuarmos que, se tivermos presente a lei da associação psicológica, tanto a recolha dos votos como a sua contestação, acabam sempre por constituir um poderoso meio de evocação do Apóstolo junto das populações portuguesas. E esta perspectiva mais avultará aos olhos de quem percorrer o rol das freguesias que efectivamente pagavam votos ao Cabido bracarense, tanto na região do Minho como na de Trás-os-Montes, faltando a documentação referente às igrejas pertencentes à Mitra, que, de acordo com os termos da partilha efectuada no século XII, corresponderiam a $\frac{2}{3}$ do total.

Note-se que não eram apenas as terras de antiga colonização que estavam sujeitas a esse tributo, podendo-se apontar terras povoadas e arroteadas no século XIII, que no século XV pagavam votos, como acontecia com a aldeia de Gache, aparecendo especificados na documentação os chefes de família e os quantitativos que deve-

³¹ MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira — *Os votos de S. Tiago no Norte de Portugal*, fl. 17.

³² Ver a obra citada na nota anterior, fls. 24-32. REY CASTELAO, Ofelia — *La historiografía del voto de Santiago. (Recopilación crítica de una polémica histórica)*, Unv. de Santiago de Compostela, 1985.

riam entregar. A partir do *Livro das rendas da mesa capitular* [1500], sabemos que o Cabido de Braga contava, nesse ano, com 2.236,5 alqueires de milho miúdo, com 150 de centeio e 32 almudes de vinho, provenientes dos votos de Santiago³³.

Para além da Arquidiocese de Braga, estavam sujeitas a este pagamento as dioceses do Porto, Viseu, Lamego, Coimbra e os territórios de entre Minho e Lima e os de Ribacoa, ampliando-se, assim, a área de algum modo relacionada com Santiago de Compostela. Embora a própria documentação apresente algumas divergências, o valor do voto estava fixado no «*tributo anual de uma medida de pão e outra de vinho, que os cristãos peninsulares deviam pagar à igreja de Santiago, por cada junta de bois com que lavrassem a terra*», tributo que depois veio a transformar-se numa importante fonte de receita das mitras e cabidos, como se pode ver pelos números acima apresentados.

A diocese do Porto, apesar das tentativas para evitar o pagamento deste tributo, não logrou esse intento, vendo-se obrigada a resolver os diferendos através de concórdias com Santiago de Compostela, tal como frequentemente aconteceu com as outras dioceses, excepto Braga.

Em relação à diocese de Coimbra, é de crer que a imposição e recolha dos votos se processou em moldes semelhantes aos das outras dioceses, embora a escassez documental não permita um conhecimento minucioso. Desde o sínodo de Burgos, convocado em Fevereiro de 1117, Coimbra deixou de estar integrada na metrópole bracarense, tendo sido anexada à de Mérida³⁴. Quanto ao que em matéria de votos de Santiago se passava em Coimbra é muito pouco o que se pode dizer e isso através de um documento tardio, do arcebispo de Toledo, datado de 24 de Novembro de 1377, no qual se queixava do Cabido coimbrão e do seu procurador, Sancho Garcia, «*por todas perdas dapnos meoscabos que se ahii ao dicto senhor arcebispo receberam ...*», nomeadamente «*as meuças que ficaram por tirar. Item as meuças de Taaveiro. Item as meuças de Podentes ... E os votos de Soire sabha-se que foram tirados e pagados ...*»³⁵

³⁴ ERDMANN, Carl — *O Papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, sep. do «Boletim do Instituto Alemão», Coimbra, 1935, pp. 28-29.

³⁵ MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira — *O. c.*, fl. 56.

³³ MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga no século XV*, p. 423.

Neste momento, porém, é mais importante para nós sabermos que os votos estavam implantados e se recebiam, do que apurar o montante que eles atingiam.

Particularmente sugestivo no âmbito desta matéria é verificar o que se passava nos territórios portugueses de entre Minho e Lima e de Riba Coa, respectivamente integrados nas dioceses de Tui e de Cidade Rodrigo.

Quanto à parte portuguesa da diocese tudense, embora não saibamos ao certo quando começou a pagar os votos, é de admitir que terá sido pouco depois de exigência do seu pagamento, feita, em 1101, pela igreja de Santiago, e essa prática continuava em 1321, como consta do *Censual do Cabido de Tui para o arcediagado da terra da Vinha*³⁶, que descobrimos e tivemos a oportunidade de publicar. Nessa altura, os votos jacobeus da Terra da Vinha andavam arrendados juntamente com os mortórios, pelo preço de vinte libras portuguesas, que o rendeiro devia pagar em duas prestações³⁷. Em 1340, o Cabido de Tui procedeu à arrematação global das suas rendas na terra de Valadares, que incluía também o preço dos votos jacobeus, sabendo-se que da localidade da Pena da Rainha (Paredes de Coura), nessa altura, recebia cinquenta libras brancas.

No século XV, registou-se também certa contestação aos votos, sobretudo, na paróquia de Santa Maria de Carreço, onde os lavradores deixaram de os pagar, como os procuradores do Cabido de Santiago puderam verificar, pedindo, por isso, que os faltosos fossem obrigados a pagar o tributo, de que o Cabido de Santiago levava duas partes, ficando a outra terça para o Cabido de Tui. Os principais arguidos nesta contenda — Fernando Aguião e Fernando do Concelho — alegavam que as duas Sés galegas não recolhiam estas rendas anualmente, como estava a acontecer nesse ano de 1448. Ficou, por isso determinado que se, de futuro, os Cabidos de Santiago e de Tui não levantassem o *pão dos votos* dentro do ano a que se referia, perdê-lo-iam. É que reclamavam preferentemente esses direitos em anos difíceis e de carestias, quando as populações tinham mais dificuldade em pagá-los, como acontecia no referido ano de 1448.

³⁶ MARQUES, José — *O censual do Cabido de Tui par ao arcediagado da terra da Vinha - 1321*, in «Bracara Augusta», Braga, 34 (2) 1980, pp. 447-483.

³⁷ MARQUES, José — *O censual do Cabido de Tui ...*, in «Bracara Augusta», Braga, 34 (2) 1980, p. 451.

Para evitar sucessivas contendas com as populações diocesanas residentes em Portugal, circunstância que, só por si, já lhe dificultava a capacidade de exigência, o Cabido de Santiago optou por emprazar os votos da terra de «*Caminha e d'Entre Doyro e Minho que som na administracion de Tuy da parte de Portugal*» a João da Silva e sua mulher D. Branca, por contrato celebrado na cidade de Tui, no dia 12 de Agosto de 1463, tendo sido mediador Bento (ou Benito) Lopez³⁸.

A documentação sobre o assunto não é abundante, mas permite saber que a terra da Vinha e, por extensão, todo o Entre Minho e Lima, continuou a pagar votos à diocese de Tui e, na proporção devida, também a Santiago de Compostela, faltando apurar o que se passou depois da integração na Arquidiocese de Braga, em 1512-1514.

Mercê desse contrato de emprazamento, a igreja compostelana, embora acabasse por receber menos, tinha fortes compensações no facto de continuar a afirmar o seu direito de receber os *votos*, aliás comprovado no preço estipulado no contrato, e libertava-se do odioso decorrente da resistência das populações à sua recolha.

O caso de Riba Coa é também interessante e significativo. Essas terras só passaram a pertencer a Portugal, na sequência do tratado de Alcañices de 1297, que definiu as fronteiras entre Portugal e Castela, pondo, assim, termo à guerra entre D. Dinis e D. Fernando II de Leão e Castela, que reconheceu a Portugal o domínio sobre os castelos e os territórios das vilas de Alfaiates, Castelo Rodrigo, Almeida, etc. No plano eclesiástico, apesar desta definição dos limites internacionais, estas terras, não obstante durante a época visigótica terem pertencido à diocese de *Calábria*, que na fase da reconquista ninguém pensou em restaurar, continuaram a depender da diocese de Cidade Rodrigo. Por ocasião do Cisma do Ocidente, o bispo de Cidade Rodrigo optou pela fidelidade ao Romano Pontífice e refugiou-se em Portugal, para não ser coagido a aderir a Clemente VII, de Avinhão.

Durante algum tempo, nestas terras superintendia um administrador ligado ao bispo de Lamego. Era uma situação anormal e, por isso, nos princípios do século XV, o bispo de Lamego, D. João Vicente, pediu ao Papa Bonifácio IX a resolução desta situação, passando essas terras definitivamente para a sua diocese, integrando

³⁸ MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira — *O. c.*, fls. 58-59.

as visitas de Ribacoa, entre Coa e Távora, monte ou serra e Riba Douro.

Como resultado desta transferência de jurisdição eclesiástica, no século XV, a catedral de Santiago passou a reclamar as rendas dos votos à diocese de Lamego, tendo encontrado a fórmula de solução em contratos de arrendamento, como o que foi celebrado, em 1462, com Diogo Rodrigues de Araújo, escudeiro de D. Afonso V³⁹.

Se evocamos rapidamente a problemática dos votos de Santiago — e não queremos esquecer as dioceses de Coimbra e Viseu — foi somente para assinalar como o culto do Apóstolo teve repercussão no centro-norte de Portugal, cujas populações deviam pagar o tributo à sua catedral. A contestação que ao longo da Idade Média foi surgindo contra o pagamento desse tributo tem a ver, essencialmente, com o facto de ser feito a uma igreja situada fora dos limites do Reino e não propriamente com o culto e devoção a S. Tiago, para cujos túmulo e igreja continuavam a dirigir-se os fiéis.

3. PEREGRINOS CÉLEBRES

A longa tradição que a peregrinação já tinha entre nós, estimulada quer pela passagem frequente de peregrinos, com o seu traje característico⁴⁰, quer pela atracção de peregrinos, promovida pela igreja compostelana, mediante a concessão de uma multiplicidade de indulgências, consignadas nas *constituições diocesanas*⁴¹, contou também com a presença dos portugueses.

³⁹ MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira — O. c., fls. 60-63.

⁴⁰ Não abundam os relatos sobre o modo como os peregrinos se apresentavam. Poderá, no entanto, ser útil reproduzir aqui a descrição de Pero Martins «*natural que dizia que era d'acerca da villa de Leirea reciuto e apostado come homem que quer andar caminho com sombreiro na cabeça e hum bordon na mão e hũa cabaciinha pequena na ciinta*», ao qual foi confiada «*fora dos muros da villa de Guimaraes acerca da porta do Postiogo da dicta villa, estrada e caminho público dos caminhanes e per hu dizem que vaam da dicta villa pera Egreja de Roma*» (ANTT, Col. de Guimarães. Docs. particulares, cx. 8, maço 54, n.º 23). Publicado por MARQUES, José — *A Colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449-1487)*, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, vol. II, Guimarães, 1981, p. 254.

⁴¹ *Synodicon hispanum*. I. Galiza, dirigido por António Garcia y Garcia, Madrid, B.A.C., 1982, pp. 271, 274, 358.

Não é possível ter uma estimativa nem do número nem da percentagem de pessoas que para lá se dirigiram do território que hoje é Portugal. Temos, no entanto, notícias da peregrinação de algumas personalidades de relevo que lá se deslocaram ou projectaram ir em peregrinação.

Projecto não concretizado foi, o de D. Nuno Álvares Pereira, pois, como refere Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, quando ele se dirigiu pelo litoral para as margens do Minho, ia com a intenção de seguir em peregrinação a Santiago de Compostela⁴². Embora o Cronista forneça essa informação, devemos levantar-lhe algumas reservas, pois não é crível que, no contexto de guerra em que se vivia, ele se expusesse a sofrer algum imprevisto, no decurso dessa peregrinação, por mais devota que ela fosse. É que o chefe militar tem obrigação de não ser imprudente... Na prática, porém, teve de se deslocar para Braga e Guimarães, integrado nas vicissitudes da guerra, pelo que o seu projecto, a ser verdadeiro, não passou de meras intenções.

Temos, assim, que, desde o terceiro quartel do século XI, não faltam personalidades públicas, eclesiásticas e leigas, relacionadas com o Norte de Portugal, como hoje o entendemos, a efectuarem a sua peregrinação a Santiago de Compostela. Por ordem cronológica, deveremos evocar Sancha, esposa de Fernando I, o Magno, que lá foi três vezes: uma em 1063, a fim de pedir o seu auxílio para a conquista de Coimbra, outra para agradecer o êxito da vitória e a conquista de Coimbra e, finalmente, uma terceira, por mera devoção — *orationis causa*⁴³.

Depois, há notícia da presença em Compostela do Bispo D. Pedro, primeiro bispo de Braga, após a restauração da diocese, em 1071, que aí se deslocou, a fim de participar no concílio provincial, realizado em 1075⁴⁴. Deparamos a seguir com os Condes Portucalenses, D. Henrique e D. Teresa, que lá se deslocaram «*orationis causa*», como afirmam no citado documento de confirmação da doação do couto da Correlhã à igreja de Santiago, datado de 9 de

⁴² LOPES, Fernão — *Crónica de D. João I*, II parte, Porto, Livraria Civilização, 1949, pp. 14 e 18.

⁴³ GONZÁLEZ VÁZQUEZ, Marta — *Las mujeres de la Edad Media y el Camino de Santiago*, Santiago, 1991, p. 17.

⁴⁴ COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *Dedicação de Sé de Braga. 28 de Agosto de 1089. Resposta a Bernard Reilly*, Braga, ed. do Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1991, p. 21.

Dezembro de 1097⁴⁵. Mais tarde, seria a vez do Bispo do Porto, D. Hugo († 1156), do qual escreveu Mário Martins: «O antigo arcediogo de Compostela, depois bispo do Porto, havia de voltar à cidade das peregrinações para ver o seu amigo D. Gelmirez e rezar junto do sepulcro do apóstolo. E foi ainda, por amor de S. Tiago e da sua igreja, que ele partiu para Roma, disfarçado de mendigo, para não o prenderem ... Nada desmentia, neste bispo, o arcediogo audaz que ajudara a roubar as relíquias de S. Frutuoso, para glória de Compostella!»⁴⁶.

Um século depois, lá foi o nosso rei D. Afonso II, como decorre de alguns documentos da sua chancelaria, datados de Compostela, em Agosto de 1220⁴⁷. A devoção deste soberano para com o Apóstolo S. Tiago, além desta peregrinação, ficou mais uma vez, registada no teu testamento, pois aí se encontra esta determinação: «a Santiago de Galicia *IICCC* maravidis por meu aniversário»⁴⁸.

De acordo com as informações conhecidas, não pode deixar de ser estranho que entre a peregrinação de D. Afonso II e a da Rainha D. Isabel tenha decorrido mais de um século. Possivelmente, o que falta é informação segura acerca deste assunto, e a confirmá-lo parece estar a notícia, chegada até nós por via literária, da peregrinação de D. Sancho II a Compostela, em 1244⁴⁹, o que é compreensível, se atendermos a que S. Tiago era também o patrono dos exércitos e D. Sancho tinha já realizado várias campanhas

⁴⁵ D.M.P. I. D.R., Lisboa, Academia Portuguesa da História, p. 9.

⁴⁶ MARTINS, Mário — *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, 2.ª ed., Lisboa, ed. «Brotéria», 1957, p. 117.

⁴⁷ *Documentos régios*, resp. n.º 157 (p. 189), n.º 100 (p. 125), n.º 353 (p. 477), n.º 333 (p. 435), n.º 265 (p. 333), e *Leges*, pp. 490, 464, 365, 444, 584. Referido por COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *Dedicação da Sé de Braga. 28 de Agosto de 1089. Resposta a Bernard Reilly*, p. 15.

⁴⁸ COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico*, in «Revista Portuguesa de História», Coimbra, vol. XVII, 1979, p. 314.

Atendendo a que o original deste testamento está em português, não se pode considerar citação do original o texto latino apresentado por BRANDÃO, Frei António — *Crónicas de D. Sancho I e D. Afonso II*, ed. actualizada com uma introdução de A. de Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945, p. 283, que, para mais reduz a cinco o número de maravedis deixados para o seu aniversário!

⁴⁹ MARTINS, Mário — *Liber Sancti Jacobi...*, pp. 406-407, ref. por MATOS, M. Cadafaz de — *O culto português a Sant'Iago de Compostela ao longo da Idade Média*, in «Bibliotecas, Arquivos e Museus», Lisboa, vol. II, 1985, p. 548.

contra os árabes, não podendo voltar a reiniciá-las, mercê dos acontecimentos políticos conducentes à sua deposição, no ano seguinte⁵⁰.

Melhor informados estamos, efectivamente, acerca da peregrinação da Rainha Santa, D. Isabel de Aragão, que, no mesmo ano de 1325, em que morreu D. Dinis, seu marido, se dirigiu com adequada comitiva para Compostela, a tempo de assistir à celebração da festa litúrgica do Apóstolo, no dia 25 de Julho⁵¹.

Ficou notícia desta peregrinação, não só por se tratar de uma rainha originária de Aragão, mas também pelo exemplo que deu, fazendo a pé a última etapa do caminho, pelas valiosas ofertas feitas durante a missa celebrada pelo Arcebispo: a coroa recamada de pedras preciosas, vestidos de rainha, uma mula com freio de ouro, prata e pedras, tapeçarias com as armas de Portugal e de Aragão, os seus ricos vestidos de Rainha, taças bem trabalhadas, pelas quais bebia em vida do rei, seu marido, paramentos riquíssimos, incluindo uma dalmática para uso do diácono, etc., tendo ficado registada na crónica a fama da deslumbrante liberalidade de tão rica oferenda. Por sua vez, o Arcebispo, num gesto de gratidão, ofereceu-lhe um bordão de latão prateado, (com o qual operou muitos milagres, sendo com ele enterrada), e uma bolsa de peregrina: «*Completa eius peregrinatione Archiepiscopus Sti. Jacobi dedit Regine baculum et sportellum, ut per illa apareret esse peregrina Sti. Jacobi; et sic reversa fuit ad Regnum Portugalliae*»⁵².

Nestas oferendas da Rainha Santa, não deveremos ver tanto o valor material das mesmas, na sua globalidade, nem ostentação do seu gesto, mas antes o espírito de desprendimento com que

⁵⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo — *História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Verbo, 1977, pp. 130-133. Para maior desenvolvimento deste assunto, veja-se AZEVEDO, Luís Gonzaga de — *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Edições «Bíblia», 1944, pp. 80-113.

⁵¹ Embora a bibliografia, apesar de polémica, ser relativamente abundante, permitimo-nos remeter o leitor para os nossos opúsculos: *Tratado de confissoon. Novos dados para o seu estudo*, Vila Real, BPADVR-IPPC, 1986 e *O Arcebispo D. Jorge da Costa nos primórdios da imprensa em Portugal* in «Forum», Braga, vol. 4, 1988, pp. 3-31, nos quais procurámos fazer a síntese crítica dessas posições.

⁵² SAN VICENTE, Angel — *Isabel de Aragón. Reina de Portugal*, Zaragoza, Diputación Prov. de Zaragoza, 1971, pp. 100-101. GONZALEZ VAZQUEZ, Marta — *Las mujeres de la Edad Media y el Camino de Santiago*, Santiago, Xunta de Galicia, Consellería da Presidencia e Administración Pública, 1989, pp. 27-29, apresenta o texto latino, registado por Lopez Ferreiro.

delas se privou. Além disso, esta peregrinação proporcionou-lhe a oportunidade para exercer a caridade em favor dos numerosos hospitais e albergarias, de cuja situação se pode informar ao longo das deslocações através do Reino, determinando, no seu testamento: «*Item mando a todos los hospitales e albergarias do senhorio do Reino de Portugal quinhentas libras e mando aos meus testamenteiros que as partam por eles como virem que é bem*»⁵³.

Esta peregrinação de D. Isabel, apesar de o monarca seu marido já ter falecido e de o herdeiro, D. Afonso IV, já ter assumido as suas funções, realizou-se com o estatuto de «rainha». Mas não foi a única vez que ela se deslocou a Compostela. Em 1335, voltou lá novamente, de forma discreta, como peregrina, profundamente marcada pela virtude da humildade, a pé, sem aparato externo, trajando com simplicidade e com um reduzíssimo número de acompanhantes⁵⁴. Não era já a peregrinação da rainha, que, indubitavelmente, acabaria por assumir um aspecto oficial, político, que temos de compreender e aceitar. Agora, era a religiosa, que, aos 64 anos, mais sentia a necessidade de se aproximar do túmulo deste Apóstolo, que foi um dos confidentes de Jesus.

Com estas observações não pretendemos distrair-nos da peregrinação a Santiago de Compostela, mas antes, pelo contrário, sublinhar os reflexos dessa peregrinação nas pessoas e nas instituições sediadas no território português.

Quase século e meio depois, no tempo de D. Afonso V, temos notícia da peregrinação de outra ilustre senhora da família real portuguesa. Referimo-nos a D. Filipa, tia da Princesa Santa Joana. De acordo com o que Sor Margarida Pinheira registou na *Crónica da fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro*, tendo prometido «*ir ao jubyleu de Sanctiago que esse mesmo anno era e corria, determynou partyr e ir logo com toda sua gente que trazia. E assinado ho dia e espidindo sse hũa Senhora da outra, partyo sse pera sua Romarya*»⁵⁵.

Peregrinação régia portuguesa, que teve impacto, não só em Santiago e ao longo do percurso feito na Galiza, mas também e de

⁵³ CRUZ, António — *Tempos e Caminhos. Estudos de História*, Porto, 1973, pp. 46-47.

⁵⁴ GONZALEZ VAZQUEZ, Marta — *O. c.*, p. 22.

⁵⁵ MARTINS, Mário — *O. c.*, p. 121.

forma impressionante e persistente, em Portugal, porque as suas marcas ainda hoje sobrevivem, cristalizadas em notáveis monumentos beneficiários da liberalidade régia, quando por eles passou como peregrino de Santiago ou, quando já no seu retorno, exarou a indispensável carta de mercê, foi a de D. Manuel I, que, no dizer do seu biógrafo, D. Jerónimo Osório, «partiu para Compostela, a cumprir um voto que tinha prometido a Santiago»⁵⁶.

Conhecemos os pontos essenciais do seu itinerário, iniciado em Lisboa, em Outubro de 1502, quando já se tinha chegado à Índia por mar, em 1498, e se havia descoberto o Brasil, em 1500. Em Coimbra, mandou construir o túmulo condigno do nosso primeiro Rei, D. Afonso Henriques. Seguiu, depois, por Montemor-o-Velho e Aveiro, sendo festivamente recebido no Porto, no dia 25 de Outubro.

Não vem para aqui descrever o que foi a recepção festiva do *Venturoso*, nesta cidade, nem determo-nos nas elevadíssimas despesas feitas pela Câmara, que, posteriormente, se viu obrigada a solicitar-lhe autorização para lançar uma finta destinada a recolher o quantitativo necessário para saldar as dívidas em aberto, contraídas com as festas então realizadas⁵⁷.

O Monarca aproveitou também esta viagem para exercer directamente as suas funções governativas, tal como D. Afonso V tinha feito durante a visita ao Minho, na primavera de 1462⁵⁸. Com efeito, no Porto, ordenou a execução do túmulo do então padroeiro da cidade, S. Pantaleão, urgindo o cumprimento da determinação de D. João II; depois, deu normas e destinou financiamentos para a construção da nova matriz de Vila do Conde, que, assim, teve um

⁵⁶ OSÓRIO, D. Jerónimo — *Da vida e feitos de El Rei D. Manuel*, vol. I, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1944, p. 110.

⁵⁷ CRUZ, António — *No V centenário de D. Manuel I*, in «Revista da Faculdade de Letras. Série História», Porto, vol. I, 1970, pp. 32-68 (transcrição parcial do código e mapas com as localidades, datas, quantias e nomes dos sacadores).

⁵⁸ MARQUES, José — *Acção governativa de D. Afonso V durante a sua visita ao Minho, em 1462*, in «Arquivo do Alto Minho», Braga, vol. 27 (VII da 3.ª série), 1982, pp. 3-32. CRUZ, António — *O. c.*, pp. 18-23.

grande impulso, bem como para a matriz de Azurara, importantes repositórios de arte manuelina ⁵⁹.

E se o objectivo desta viagem de D. Manuel era chegar ao túmulo do Apóstolo S. Tiago, não deixou de ampliar o sentido da peregrinação, dirigindo-se a Dume para homenagear o grande apóstolo dos Suevos, S. *Martinho de Braga (Dume) e S. Frutuoso, cuja acção, exercida através da rede monástica que sobreviveu até aos começos do século XII, ajudou a plasmar a alma das gentes do Noroeste peninsular* ⁶⁰.

Mas, o que mais interessa neste momento é realçar a presença de D. Manuel I em Santiago, onde foi recebido pelo Cabido, autoridades e fidalgos. Durante os três dias que aí passou, dividiu o seu tempo pela participação nos actos do culto, a distribuir esmolas pelas principais instituições, como a Catedral e o Hospital, e a orar junto do túmulo do Apóstolo. Além dos donativos e esmolas que lá deixou, após o seu regresso, mandou fazer para a catedral jacobea uma *«lâmpada de prata de feições de um castelo ... que era a mais rica de quantas se até aquele tempo naquela casa ofereceram ...»* para ser posta diante do altar-mor da Catedral de Santiago, onde deveria estar acesa noite e dia, *«como se sempre depois fez»*, tendo para o efeito mandado comprar rendas na Galiza, suficientes para o cumprimento desse desiderato ⁶¹.

Também neste caso, a peregrinação tem um forte sentido religioso, mesmo que o Rei, acolhido sempre em ambiente festivo, tenha aproveitado as paragens da comitiva para cumprir funções inerentes ao seu régio estado, como ouvir *partes* litigantes, decidindo a favor dos oprimidos, sem recear *«fazer justiça rigorosa de pessoas que até aquele tempo se não pudera fazer execução, pela muita valia e parentesco que tinham naqueles lugares»* ⁶².

Com tão expressivos exemplos, de condes, bispos, fidalgos e reis, que o povo seguia intensamente, não admira que o fascinante

⁵⁹ CRUZ, António — *No V centenário de D. Manuel I*, in «Revista da Faculdade de Letras. Série História», Porto, vol. I, 1970, p. 25.

⁶⁰ CRUZ, António — *O. c.*, p. 24.

⁶¹ CRUZ, António — *O. c.*, pp. 12-25.

⁶² CRUZ, António — *O. c.*, p. 25.

tema da peregrinação jacobea transitasse do quotidiano para o imaginário popular e se exprimisse sob diversas formas poéticas, como revelam estas quadras:

<p>«S. Tiago da Galiza É um cavaleiro forte. Quem lá não for em vida Há-de ir lá depois da morte»⁶³.</p>	<p>«A gritar vai uma alma, a gritar que se perdia, a caminho de Sant'Iago a cumprir a romaria»⁶⁴.</p>
---	--

A evocação da intensa peregrinação compostelana mereceu também as honras da poesia erudita, penetrando, por isso, nos nossos concioneiros medievais:

<p>«Ay, Santiago, padron sabido, vós m'adugades o meu amigo; [.....] Ay, Santiago, padron provado, vós m'adugades o meu amado»⁶⁵.</p>	<p>«Alta rraynha senhor Santiago por nos ora. Partimos de Portugal catar cura a nosso mal»⁶⁶.</p>
--	--

Desta abordagem fugaz ao mundo da poesia ressalta o desejo de virmos a saber se, na tradição oral da nossa terra, ainda subsistem mais alguns elementos, eventualmente, integráveis no ciclo da peregrinação jacobea, sugestão que aqui fica como proposta de investigação a quem desejar e puder assumi-la.

4. CAMINHOS E PONTES

Continuando fiel à temática que nos propusemos desenvolver, embora deixando de lado o problema dos caminhos portugueses, sobre os quais diversos investigadores se têm debruçado, e que,

⁶³ MARTINS, Mário — *O. c.*, p. 118.

⁶⁴ MARTINS, Mário — *O. c.*, p. 119.

⁶⁵ RESENDE, Garcia de — *Cancioneiro geral*, t. 5, Coimbra, 1917, p. 102, citado por MARTINS, Mário — *O. c.*, p. 120.

⁶⁶ *Cancioneiro da Vaticana*, n.º 429 (ver também n.º 265, 455 ...), citado por MARTINS, Mário — *O. c.*, p. 119.

por isso mesmo, são mais conhecidos⁶⁷, não poderíamos omitir um breve apontamento sobre as *pontes*, como elementos fundamentais de ligação dos e nos caminhos, que deverão ser igualmente estudados em conjugação com as barcas de passagem.

Conhecemos, agora, a espinha dorsal dos caminhos de S. Tiago em Portugal, como tem sido acentuado, desde há anos. Não esqueçamos, porém, que a documentação e outros estudos, além de aumentarem o número de pontos de passagem e de ligação entre as vias galegas e portuguesas, apertam a malha da rede de circulação interna⁶⁸.

Felizmente, embora só tenha acontecido há poucos anos, já poderemos, de certo modo, dizer que vai longe o tempo e o crédito dos que apresentavam Chaves como ponto de passagem obrigatória para se ir a Santiago de Compostela!⁶⁹ Tratava-se de encontrar uma justificação para o facto de o *Tratado de confissoon* ter sido impresso nessa vila fronteiriça, como se lê no seu *colofon*, datado de 8 de Agosto de 1489, chegando-se ao ponto de o considerar como um manual dos confessores dos peregrinos que por aí passavam,

⁶⁷ MORENO, Humberto Baquero — *Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela*, in «Revista da Faculdade de Letras. Série História», Porto, vol. III, 1986, pp. 77-89. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Os caminhos e assistência no norte de Portugal*, in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ª Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, tomo I, Lisboa, I.A.C., 1973, sendo de particular interesse o mapa apresentado entre as pp. 50-51.

⁶⁸ MARQUES, José — *Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV*, in «Braca Augusta», Braga, 32, 1978, pp. 3-52. Ver sobretudo a documentação publicada em apêndice, que permite detectar diversos pontos de passagem, não só na travessia do rio Minho, mas também em pontos da raia seca. CONFALONIERI, Juan Bautista - LOPEZ-CHAVES MELENDEZ, J.M. — *El Camino Portugués*, Vigo, ed. da Asociación Amigos de los Pazos, 1988. ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da — *Nossa Senhora do Norte nos caminhos de Santiago*, sep. do «Boletim Cultural do CER», n.º 4, Viana do Castelo, 1988. IGLESIAS ALMEIDA, Ernesto — *Los antiguos «portos» de Tuy y las barcas de pasaje a Portugal*, Tuy, 1984. Idem — *Notas históricas del Bajo Miño: puertos, barcas, pesqueras*, Tuy, 1988. Ver também a obra de Carlos Alberto Ferreira de Almeida citada na nota anterior. MATOS, Manuel Cadafaz de — *Os caminhos de Sant'Iago na área Porto-Braga-Esposende, numa perspectiva antropológica e eco-museológica*, Lisboa, Ed. Távola Redonda, 1988.

⁶⁹ Ver mapas dos «Caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela, no século XV», segundo Rosemarie E. Horsch, que utilizou como fonte de informação: SÁ, Mário — *As grandes vias da Lusitânia...*

não se hesitando em falar, inclusive, de um comércio livreiro, de tipo religioso, com total esquecimento do generalizado fenómeno de analfabetismo, a que nem sequer escaparam alguns clérigos⁷⁰!

Não pretendemos, por isso, demorar-nos nessa discussão, mas somente chamar a atenção para o elevado conceito em que as pontes eram tidas na Idade Média, pela sua extraordinária função social, como poderosos meios de aproximação dos homens, por facilitarem a circulação e oferecerem protecção e segurança às vidas humanas e bens materiais (sem olvidarmos a conotação religiosa, radicalmente subjacente ao seu conceito), de tal forma que contribuir para a construção ou reparação de pontes, além de expressão de solidariedade humana, era tido como esmola e *acto pio* meritório. É neste sentido que Frei António Brandão, cronista de D. Afonso III, nos fala de um peregrino dos Lugares Santos da Palestina (não sabemos se também de Santiago de Compostela), que muito se preocupou com a construção da ponte de Amarante, sobre o Tâmega, próximo da localidade onde levava vida cenobítica. Referia-se a S. Gonçalo de Amarante, do qual afirma o mesmo cronista: «*Quis fundar uma ponte no mesmo rio, vendo por experiência que muitos pereciam e se punham a perigo na passagem dele. Os fiéis cristãos davam suas esmolas para a fábrica, mas a maior ajuda concedia o Senhor por intercessão do santo...*»⁷¹, aludindo, de seguida, ao milagre permanente dos peixes do rio que apanhava para sustento dos trabalhadores, etc. E o impacto do exemplo e da fama deste Santo foi tão grande que perdurou de

⁷⁰ Embora a bibliografia, apesar de polémica, ser relativamente abundante, permitimo-nos remeter o leitor para os nosso opúsculos: *Tratado de confissoon. Novos dados para o seu estudo*, Vila Real, BPADVR-IPPC, 1986 e *O Arcebispo D. Jorge da Costa nos primórdios da imprensa em Portugal*, in «Forum», Braga, vol. 4, 1988, pp. 3-31, nos quais procurámos fazer a síntese crítica dessa posições.

⁷¹ BRANDÃO, Frei António — *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, Porto, Livraria Civilização, 1946, pp. 228-229. SOUSA, Frei Luís de — *História de S. Domingos*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, pp. 172-175, refere também a gravíssima necessidade que havia desta ponte e como este santo «foi imaginando lançar huma ponte, em que sem perigos se pudessem comunicar os vizinhos, e a terra toda», não deixando de referir as circunstâncias em que a construção da mesma se processou.

forma muito expressiva a norte do Douro, (Minho e Trás-os-Montes), onde nos séculos XVI-XVIII vieram a construir-se diversas capelas em sua honra ⁷².

Por seu turno, Frei Luís de Sousa refere-se também a este personagem, considerando-o como membro da Ordem de S. Domingos, chegando mesmo a afirmar que recebeu o hábito das mãos de S. Pedro Gonçalves ⁷³.

O mesmo cronista desta Ordem menciona como promotor da construção das pontes de Cavês e Orense, S. Frei Lourenço Mendes, cujos restos mortais terão sido recolhidos no mosteiro dominicano de Guimarães ⁷⁴.

De acordo com o cronista dominicano, Frei Lourenço Mendes lançou-se na iniciativa da construção da ponte de Cavês, porque «viu com seus olhos o trabalho, e perigo com que se vadeava o rio (e he o mesmo Thamega, que muitas legoas adiante passa por Amarante, por baixo de outra ponte, obra de S. Gonçalo, que lhe deu o nome) rio grosso de agoas, e furioso a maior parte de anno ...». A compaixão que sentia por esta gente levou-o a promover a construção dessa ponte, na esperança de que «faria muito ao caso o bem temporal e pera abraçarem o espiritual da doutrina», passando de seguida a descrever algumas vicissitudes desta obra, em que o «maravilhoso» tem a função de estimular a concessão de novos subsídios ⁷⁵. Segundo este testemunho, o bom religioso, na construção desta ponte, de extraordinário impacto social, antevia também a vigorosa repercussão da mesma no plano espiritual. Não admira que a memória recolhida por Frei Luís de Sousa no convento de Guimarães se lhe refira nestes precisos termos: «*Sanctus Frater Laurentius Mendiis (sic) qui in isto quiescit Conventu fuit proedicator Apostolicus sanctae vitae et doctrinae, et in multis partibus huius regni gloriose praedicavit. Eleemosinis etiam aquisitis pontem, qui dicitur de Cavez, fecit oedificare*» ⁷⁶.

⁷² Para o levantamento que fizemos dessas capelas, servimo-nos exclusivamente de documentação do Arquivo Distrital de Braga, pelo que se impõe prosseguir a investigação com recurso a outras fontes, especialmente para as dioceses do Porto e para a parte de Bragança, separada de Braga no século XVI.

⁷³ SOUSA, Frei Luís de — *Hist. de S. Domingos*, III, III, 1-12 (II, 161-202).

⁷⁴ SOUSA, Frei Luís de — *O. c.*, vol. I, p. 444.

⁷⁵ SOUSA, Frei Luís de — *O. c.*, vol. I, pp. 446-447.

⁷⁶ SOUSA, Frei Luís de — *O. c.*, vol. I, p. 447.

A acção destes dois religiosos — o primeiro dos quais, inscrito no catálogos dos Santos — acção de reconhecido interesse social, obriga a recordar o exemplo de S. Domingos da Calçada, que no último quartel do século XI — precisamente na altura em que Afonso VI ocupou a Rioja e com ele aí se encontrou, em 1076 — promoveu a construção de uma ponte de vinte e quatro arcos sobre o rio Oja, melhorou o caminho dos peregrinos, construiu um hospital, onde ele próprio lhes prestava assistência, desinfestou os bosques circundantes e os que bordejavam o caminho dos perigosos bandoleiros e feras selvagens, construiu a primitiva igreja, antepassada da catedral aí existente, bem merecendo, por isso, do povo, do Rei e da Igreja⁷⁷.

Acerca de S. Gonçalo de Amarante, Frei António do Rosário, actual cronista da Ordem de S. Domingos em Portugal, na comunicação apresentada ao Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada, não tendo encontrado referências testamentárias a doações para a ponte de Amarante, levantou algumas dúvidas à existência histórica deste Santo, escrevendo: «*Por mim, começo a pôr-me o problema sério desta figura medieval: impõe-se corajosa revisão histórica a apurar da verdade. Sim. Só a verdade pode ser gloriosa*»⁷⁸.

Poder-se-á questionar a existência de S. Gonçalo, mas não se pode questionar a realidade da ponte amarantina e a necessidade que dela tinham as populações locais e circunvizinhas, faltando saber se foram esgotadas todas as fontes documentais relativas à sua construção, aspecto que na hora da decisão terá de ser levado em conta.

Atendendo às necessidades do quotidiano, é compreensível que se contribua para as pontes da região em que se vive, como aconteceu com as populações nortenhas, em relação às de Prado, Bouças,

⁷⁷ CANTERA MONTENEGRO, Jesus — *La Catedral de Santo Domingo de la Calzada, su historia y arquitectura en la Edad Media*, in «Anuario de estudios medievales», C.S.I.C., Barcelona, vol. 14, 1984, pp. 121-152. RAMÓN POUSA, Xosé — *Guía del camiño de Santiago*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, Conselleria de Relacións Institucionais, 1991, pp. 48-49.

⁷⁸ ROSÁRIO, Frei António — *Convento de S. Domingos e a Colegiada, Guimarães*, in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada*, vol. II, Guimarães, 1981, p. 66.

Barcelos, Amarante, Cavês, Canaveses, Júnias, Lagoncinha, Sarzeda, Vila do Conde, Mondim e para outras não identificadas (que até poderão ser algumas destas), e com as situadas a sul do Douro, de acordo com as mandas testamentárias a favor das pontes do Vouga, de Águeda, de Soure, de Alba e até da de Canaveses, registadas no *Censual do Cabido do Porto*⁷⁹; mas contribuir para outras pontes mais remotas, sobretudo quando situadas na Galiza, como, por exemplo, para as de Orense, Pontevedra, S. Paio de Ledo, etc., só se compreende em função do conhecimento que os testadores tinham das mesmas, na sequência de alguma peregrinação ao túmulo do Apóstolo, em Compostela, tendo, eventualmente, beneficiado da passagem por elas, ou por qualquer outro modo terem chegado ao conhecimento de que estavam em construção.

Fontes documentais privilegiadas para se conhecer estas manifestações da devoção a Santiago e a atenção devida aos peregrinos, concretizada através de doações para estas obras, de extraordinário alcance social e económico, a que a solidariedade cristã não ficou alheia, são os testamentos. É a partir deles que nos permitimos formular estas afirmações, utilizando apenas alguns, sobretudo procedentes de dois importantes centros minhotos: Braga e Guimarães.

Quanto à documentação bracarense servimo-nos de alguns testamentos do núcleo de pergaminhos da Confraria de S. João do Souto⁸⁰, que mergulha as suas raízes no remoto século XII, e do importantíssimo *Livro 1.º dos testamentos do Cabido de Braga*⁸¹; para Guimarães, socorremo-nos do conjunto de extractos testamentários aduzidos pelo P.º Frei António do Rosário, na sua comunicação ao «Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada», realizado em 1979.

Esta alusão às fontes utilizadas, obriga a esclarecer que se trata apenas de amostra documental, destinada a justificar as nossas afirmações, e que é exclusivamente constituída por documentos do século XIII, período de indiscutível crescimento económico, não

⁷⁹ *Censual do Cabido do Porto*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924, pp. 405 e 436.

⁸⁰ MARQUES, José — *Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)*, in «Bracara Augusta», Braga, vol. 36, 1982, pp. 71-199.

⁸¹ A.D.B., *Lvro 1.º dos testamentos do Cabido*.

admirando, por isso, que seja também o *século de ouro* da construção de pontes.

Posto isto, passemos à apresentação das referências documentais anunciadas:

— Assim, D. Estêvão Eanes, arcediogo da Sé de Braga, no seu testamento, datado de 17 de Novembro de 1267, entre as numerosas dádivas a várias igrejas dos arredores de Braga para a aquisição de livros, paramentos e outras alfaías litúrgicas, sem esquecer as necessidades dos leprosos de Amarante, Bouças (Guimarães) nem as albergarias de Braga, deixa também à ponte de *Cavês* um maravedi⁸². Gomes Domingues, cônego de Braga, no seu testamento, datado de 30 de Abril de 1278, destinou para esta mesma ponte de Cavês um terço de maravedi⁸³. Por sua vez, Mor Soeiro contemplou as pontes de Parada e do Ave cada uma com seu maravedi⁸⁴.

No domínio da peregrinação medieval, é praticamente importante o testemunho do bracarense Domingos Pires, que, antes de partir em peregrinação a Santa Maria de Rocamador, no mês de Abril de 1272, fez o seu testamento, documento de extraordinário interesse para se conhecer a sociedade regional do seu tempo. Para Rocamador seguiria ele próprio, mas na sua mente estavam também os Lugares Santos da Palestina e a peregrinação a Santiago de Compostela, que, provavelmente já tinha feito. Foi por isso que deixou quarenta morabitanos a quem fosse por ele a Jerusalém⁸⁵. E não deixa de ser, de algum modo, significativo verificar que antes de contemplar quem fosse por ele (isto é, quem peregrinasse em sua vez ou com sua procuração) aos Lugares Santos de Jerusalém, tenha ditado para o seu testamento: «*Item ponti de Caves dimidium morabitanum. Item ponti Auriensi dimidium morabitanum. Item*

⁸² A.D.B., Livro 1.º dos testamentos do Cabido, fl. 17v.

⁸³ A.D.B., Livro 1.º dos testamentos do Cabido, fl. 12: «*Item ponti de Caves tercia de maravidi*». A fol. 17v do mesmo registo deparamos com novo legado: «*Item ponti de Caves I maravidi*».

⁸⁴ A.D.B., Livro 1.º dos testamentos do Cabido, fl. 2v: «*Ponti de Parada I maravidi. Ponti d'Ave I maravidi*».

⁸⁵ MARQUES, José — *Os pergaminhos da Confraria de S. João do Souto*, p. 45 (doc. n.º 9): «*Item quadraginta morabitanos illi qui pro me iverit ad domum Jerosolimitanam*».

ponti de Sancto Pelagio de Ledo dimidium morabitinum. Item Ponti de Ponte Veteri I morabitinum ...»⁸⁶.

Em nosso entender, a preocupação com o caminho de Santiago, embora já relativamente perto de Compostela, está patente no facto de para a ponte de Pontevedra deixar o dobro do que destinava para cada uma das outras. No seu laconismo e singeleza esta passagem do testamento do bracarense Domingos Pires é bem significativa de que, ao partir em peregrinação a Santa Maria de Rocamador, na região pirenaica, levava a mente e o coração cheios da imagem e do amor de Santiago de Compostela.

5. CONFRARIAS DE S. TIAGO

O caso de Domingos Pires é, sem dúvida, bem exemplificativo da sua devoção para com este Apóstolo — um dos confidentes do Senhor — que foi o primeiro a pagar com a vida a sua fidelidade a Cristo ressuscitado. Domingos Pires não foi caso único, e como este, outros devotos havia, que acabaram por se associarem, não só a fim de se ajudarem mutuamente, no material e no espiritual — tratando-se por irmãos — mas também para promoverem o culto deste Santo seu patrono, isto é, fundaram uma verdadeira *confraria*⁸⁷.

Tal como acontece com muitas outras, não é fácil fixar com rigor a data da sua erecção; mas era, sem dúvida, da primeira metade do século XIII, como se verifica pelo testamento do clérigo bracarense, Martim Ordonhes, de 7 de Julho de 1251, no qual determinou: «*Item mando confrariis de Sanctis [de Paradiso] et de Sancto Jacobo domum meam quam comparavi de Fernando Sancti Johannis et de uxore sua pro animabus illorum a quibus injuste aliquid habui et quod non recolo*»⁸⁸, sendo, por isso, uma das mais antigas da cidade de Braga, facto que não deve deixar de ser registado, e estava sediada na igreja de S. Tiago da Cividade. A antiguidade desta confraria e a sua importância na prática e promoção do culto jacobeu estimularam diversas pessoas a deixarem-lhe nos

⁸⁶ MARQUES, José — *Os pergaminhos da Confraria de S. João de Souto*, p. 45 (doc. n.º 9).

⁸⁷ É este o conceito jurídico de confraria. Cf. *O. c.*, na nota anterior, p. 11.

⁸⁸ A.D.B., *Livro 1.º dos testamentos do Cabido*, fl. 5v.

seus testamentos alguns bens. Assim procedeu o diácono Domingos Pires, Mestre-escola do Cabido de Braga, que além de no seu testamento, de 6 de Fevereiro de 1281, destinar 100 soldos para a igreja de S. Tiago da Cividade, reservou outro tanto para a confraria do mesmo Apóstolo: «*Item confrarie Sancti Jacobi de Bracara C solidos*», tal como deixou a cada uma das outras⁸⁹.

Em 26 de Maio de 1336, outro Domingos Pires (*Dominicus Petri*), deixou à capela de S. Tiago da Sé um maravedi em reparação das suas faltas, destinando também para a confraria erecta na igreja da Cividade outro maravedi⁹⁰.

Esta confraria sobreviveu às conhecidas crises do período medieval e projectou-se até à época moderna, tendo-se procedido à reforma dos seus estatutos, em 1739, sendo juiz Manuel Falcão Cotta⁹¹.

Foi extinta ou caiu por inércia, em data ainda indefinida, tendo o livro dos seus *Estatutos* transitado para o Arquivo da Irmandade de Santa Cruz, onde se encontra devidamente acautelado.

Segundo informa o P.^e Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, D. Afonso, 1.^o Duque de Bragança, fundou, em Bragança, a *Confraria da Nobre Cavalaria de Santiago*⁹², afirmação que nos coloca perante uma confraria de características militares, erecta entre 1442 e 1460, período compreendido entre as datas, respectivamente, da concessão do título de duque e da sua morte.

De momento, pouco mais sabemos sobre estas confrarias, mas o facto de podermos registar a sua existência é garantia da expansão do culto jacobeu e isso basta ao nosso objectivo.

É possível que muitas outras confrarias tenham existido, sobretudo no âmbito das paróquias que tinham S. Tiago como patrono. Só um inquérito minucioso nos habilitaria a responder com segurança a esta questão do maior interesse para o conhecimento da implantação da devoção e do culto deste Apóstolo em Portugal,

⁸⁹ A.D.B., Livro 1.^o dos testamentos do Cabido, fl. 36.

⁹⁰ A.D.B., Livro 1.^o dos testamentos do Cabido, fls. 43-44: «*Item capelle Sancti Jacobi de Sede I maravidi pro falhas*» e «*Item mando confratrie Sancti Jacobi de Civitate alium maravidi*», fls. 43-44.

⁹¹ O exemplar destes *Estatutos* encontra-se no Arquivo da Irmandade de Santa Cruz, da cidade de Braga. O seu frontispício ilustra este estudo.

⁹² ALVES, Francisco Manuel — *Memórias* ..., IX, p. 8.

e até que ponto, em cada caso, se verificou uma relação mais ou menos directa com as peregrinações a Compostela.

Na actualidade, para a Arquidiocese de Braga, por via documental, só temos notícia de uma confraria de S. Tiago, sediada na igreja da paróquia de S. José de Ribamar, da cidade da Póva de Varzim, cujos estatutos foram canonicamente reformados, em 23 de Fevereiro de 1943⁹³. Esta afirmação não é exclusiva; revela apenas aquilo que nos foi possível apurar, através dos registos da Cúria arquidiocesana. Se outras subsistirem, torna-se necessário verificar até que ponto estão em sintonia com as actuais disposições do Direito Canónico, uma vez que se escusaram a reformar os seus estatutos, em tempo oportuno.

6. ALBERGARIAS

A devoção ou «culto» a S. Tiago manifesta-se também nas albergarias destinadas a apoiarem pobres, peregrinos e outros viandantes, sendo mais evidente essa realidade quando elas tomam o nome de S. Tiago.

Não podemos estabelecer a data rigorosa e nem sequer aproximada da erecção da albergaria de S. Tiago, instalada nas proximidades da igreja da Cividade da urbe bracarense, que já era condicionalmente mencionada como beneficiária no testamento do cônego Pedro Gonçalves Barbudo, datado de 5 de Julho de 1249, como se verifica na seguinte passagem: «*Constancie puelle C morabitinis si pervenerit ad matrimonium, si vero voluerit vacari male vivendo vel antequam contrahat decesserit debent dari albergarie Sancti Jacobi Bracarensi quia sic ordinavit de eis archidiaconus domnus Martinus cuius fuerat*»⁹⁴, tendo sido contemplada, anos depois, pelo cônego D. Estêvão Soeiro, que no seu testamento, de 25 de Outubro de 1265, deixou a seguinte disposição: «*Item mando albergarie de Sancto Jacobo unum lectum cum unam almocela*»⁹⁵.

Não admira, por isso, que nos cheguem notícias de albergarias erectas pelos prelados bracarenses, como a da Campeã, que já

⁹³ Arquivo da Câmara Eclesiástica de Braga (A.C.E.B., *Estatutos da Confraria de S. Tiago Maior da vila da Póvoa de Varzim* (sem cota especial).

⁹⁴ A.D.B., *Livro 1.º dos testamentos do Cabido*, fl. 10v.

⁹⁵ A.D.B., *Livro 1.º dos testamentos do Cabido*, fl. 19. D. Sancho I, no segundo testamento, deixou bens a diversas albergarias do centro do reino (*Documentos de D. Sancho I*, p. 298).

existia em 1132⁹⁶, a do Marão, a que D. Afonso Henriques concedeu carta de couto em 1134⁹⁷, iniciando, assim, uma rede de albergarias de apoio aos pobres, peregrinos e outros transeuntes, mas que seria útil também para quem se movimentasse em serviço da vastíssima Arquidiocese, em especial na região transmontana, nessa altura ainda muito despovoada. Depois, outras se nos vão deparando, como a de Anais, entre Braga e Ponte de Lima, na terra de Penela, referida em 1220⁹⁸, e a de Lamas e Orelhão, em Trás-os-Montes, ambas mencionadas também nesse mesmo ano⁹⁹. Ao longo do século XIII, a documentação foi-nos revelando outras, que mencionamos noutro estudo¹⁰⁰.

Se estas albergarias foram instituídas a pensar nos peregrinos, muito mais o tinham sido aquelas que se denominavam *de S. Tiago*, como acontecia em Braga, tendo o cônego Estêvão Soeiro deixado, no seu testamento, de 26 de Outubro de 1265: «*Item mando albergarie de Sancti Jacobo unum lectum cum unam almocela*»¹⁰¹. Seis anos depois, o cônego João de Paris deixava à mesma albergaria uma casa, que já lhe tinha dado, havia muito, com a obrigação de a sua renda ser distribuída pelos pobres dessa albergaria em três prestações, ou seja, pelas festas do Natal, Páscoa e Pentecostes¹⁰²; mais tarde, em 26 de Maio de 1336, Domingos Pires (ou Peres), abade de S. Cristóvão de Faria, deixou à capela de S. Tiago da Sé de Braga um maravedi, à confraria de S. Tiago da Cidade outro maravedi e à albergaria nove soldos: «*Item mando albergarie de Sancti Jacobi alios IX^e solidos simili modo*»¹⁰³.

Embora seja necessário elaborar também um mapa de todas estas albergarias, dispensamo-nos de prosseguir com mais referências, pois cremos ter demonstrado suficientemente que tanto as

⁹⁶ *Liber Fidei* ..., doc. n.º 730.

⁹⁷ *Liber Fidei* ..., II, p. [181]; *Documentos medievais portugueses*. I. *Documentos régios*, n.º 139.

⁹⁸ COSTA, P.ª Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro* ..., vol. II, Coimbra, 1959, p. 132.

⁹⁹ COSTA, P.ª Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro* ..., vol. II, Coimbra, 1960, pp. 268-269.

¹⁰⁰ MARQUES, José — *A assistência no Norte de Portugal nos finais da Idade Média*, in «Revista da Faculdade de Letras. Série História», Porto, vol. VI, 1989, pp. 37-41.

¹⁰¹ A.D.B., *Livro I.º dos testamentos do Cabido*, fl. 19.

¹⁰² A.D.B., *Livro I.º dos testamentos do Cabido*, fls. 21-22.

¹⁰³ A.D.B., *Livro I.º dos testamentos do Cabido*, fls. 43-44.

albergarias, em geral, como sobretudo as dedicadas a S. Tiago exprimem com clareza a devoção ou culto devido ao seu patrono.

7. PADROEIRO OU ORAGO DE PARÓQUIAS

Uma das manifestações mais genuínas da devoção e do culto prestado ao Apóstolo S. Tiago é constituída pela extensa lista de paróquias que, ao longo dos séculos, o foram escolhendo para seu orago ou padroeiro. Embora possamos avançar alguns dados concretos relativos ao que nesta matéria se verificou em cada uma das actuais dioceses existentes a norte do Douro e na diocese do Porto, convirá observar que a nossa contagem não se apresenta como exaustiva, até porque um estudo desta natureza deveria apresentar-se devidamente escalonado por períodos, a fim de podermos acrescentar, no devido tempo, as paróquias recém-criadas e abater ao seu elenco aquelas que, entretanto, foram extintas.

A recolha documental a que procedemos no Arquivo Distrital de Braga, acrescida dos elementos fornecidos para a diocese do Porto pelos estudos do P.^e Domingos A. Moreira¹⁰⁴ e pelos complementos do «Anuário Católico de Portugal»¹⁰⁵, permitiu-nos identificar 124 paróquias¹⁰⁶, que têm S. Tiago como orago¹⁰⁷, e 30 capelas construídas e a ele dedicadas, nos séculos XVI-XVIII.

Estes números, só por si, exprimem uma realidade religiosa, no plano devocional, que não pode ser minimizada, tanto mais que muitas decisões da escolha deste orago foram colectivas. Acresce, ainda, que um significativo número de paróquias com este padroeiro

¹⁰⁴ MOREIRA, P.^e Domingos A. — *Freguesias da diocese do Porto*, I parte, in «Boletim Municipal do Porto», vol. 3/4, 1985/86; II parte, in «O. c.», vol. 5/6, 1987/88.

¹⁰⁵ «Anuário Católico de Portugal», Lisboa, Secretariado Geral da Conferência Episcopal, 1975.

¹⁰⁶ Algumas destas paróquias foram extintas, mas para o nosso estudo não podemos deixar de as incluir no rol daquelas de que S. Tiago é (ou foi) padroeiro. Foi o que aconteceu com as de: Açougues (Guimarães) (cf. COSTA, P.^e Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro ...*, II, p. 543, 2.^a col.); Lagomar, Macedo de Cavaleiros, na diocese de Bragança; e Moldes, desde 1566, integrada na de Remelhe, Barcelos.

¹⁰⁷ Além das paróquias extintas, no estudo e compreensão global do culto de S. Tiago, na área a que nos vimos referindo, é necessário atender também aos casos em que S. Tiago foi substituído por outro orago, por exemplo, Junqueira, Mogadouro, de que actualmente é padroeiro S. Filipe.

já aparecem no *censual* de Entre Lima e Ave, do século XI, podendo-se referir, a mero título de exemplo, as seguintes: S. Tiago de Amorim, Vila Seca, Moldes¹⁰⁸, Ronfe, Castelões, Almofães¹⁰⁹, Nandim¹¹⁰, Ninães¹¹¹, Antas, Gavião, Lamações, Priscos, Neiva, Anha, Gemieira, Aldreu, Arcozelo, Atiães, etc., distribuídas pelos concelhos de Viana do Castelo, Barcelos, Famalicão, Braga, Guimarães, Ponte de Lima¹¹².

Esta situação não se pode desligar do impacto devocional, provocado pela divulgação entusiástica da notícia do aparecimento do túmulo do Apóstolo, de que as conhecidas doações feitas na região minhota pelos monarcas astur-leoneses, inicialmente referidas, são expressivo exemplo.

A fim de tornarmos estes elementos de hagiotoponímia mais acessíveis a quem, eventualmente, não conheça a evolução da divisão administrativa eclesiástica portuguesa, apresentá-los-emos tomando como elemento ordenador as actuais dioceses nordurienses, com excepção do Porto¹¹³, todas desmembradas da de Braga, ficando, assim, convenientemente esclarecida a razão por que, tendo nós prestado tanta atenção ao período medieval, inclusive anterior à constituição do Condado Portucalense e do reconhecimento da inde-

¹⁰⁸ No *censual* do século XI, mencionada como «De Sancto Jacobi de Molnes» (cf. COSTA, P.^o Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro ...*, II, p. 19). Não confundir esta paróquia de Moldes, com outra também dedicada a S. Tiago e também designada no referido *censual* como «De Sancto Jacobi de Molnes» (cf. COSTA, P.^o Avelino de J. da — *O bispo D. Pedro ...*, II, p. 37), que é S. Tiago da Forca, depois chamada S. Tiago da Cruz, no concelho e arceprelado de Famalicão.

¹⁰⁹ Esta antiga paróquia, referida no *censual* do séc. XI como «De Sancto Jacobi de Armufames» (*O bispo D. Pedro ...*, II, p. 33), fundiu-se mais tarde com a «De Sancta Maria de Carraria», igualmente mencionada no *censual*, passando a figurar com o nome de S. Tiago da Carreira, Famalicão (cf. *O bispo D. Pedro ...*, II, pp. 32 e 33).

¹¹⁰ Actualmente, Areias, Santo Tirso.

¹¹¹ Integrada na freguesia de S. Silvestre de Requião, V. N. de Famalicão. Em 1527, ainda era considerada autónoma (cf. COSTA, P.^o Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro ...*, II, p. 37).

¹¹² COSTA, P.^o Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro ...*, vol. II, Coimbra, 1959, pp. 3 e ss.

¹¹³ Convirá, no entanto, ter presente que a diocese do Porto, por ocasião da nova divisão administrativa eclesiástica, levada a efeito pelo bispo do Porto, Cardeal D. Américo, passou a ocupar os territórios que no século XII tinha reclamado à arquidiocese bracarense.

pendência de Portugal, optámos por este critério. Quer isto dizer também que, exceptuando as paróquias da diocese do Porto, todas as outras confiadas à protecção espiritual de S. Tiago, nesta região nortenha, têm de se inscrever na extensa e apertada rede de centros de devoção jacobea bracarense. Concretizando, de algum modo, o que acabámos de afirmar, aqui apresentamos o quadro provisório, que nos foi possível organizar:

<i>Dioceses</i>	<i>N.º de freguesias</i>	<i>N.º de capelas</i>
Braga	44	2
Bragança	12	7
Viana do Castelo	31	2
Porto	23	10
Vila Real	17	12
TOTAIS	127 ¹¹⁴	33

A leitura cartográfica destes elementos ajudará a compreender a realidade histórica, em análise, aliás, profundamente inserida no contexto social. Assim, a maior densidade de igrejas dedicadas a S. Tiago encontra-se na actual diocese de Braga, seguida pelo território integrado na de Viana do Castelo, correspondendo a uma região de intenso povoamento e de maior e mais fácil contacto com a Galiza e com Santiago de Compostela. Registe-se, contudo, que todos os dados mencionados como pertencentes a Viana do Castelo, na realidade têm de ser considerados como bracarenses, uma vez que o Entre-Minho e Lima esteve incorporado na arquidiocese de Braga, desde 1514 até 1977, e a zona de Entre-Lima e Neiva foi sempre de Braga.

Note-se ainda, que o núcleo primitivo da arquidiocese de Braga, sendo o que apresenta maior número de paróquias dedicadas a S. Tiago (44), é também aquele onde, proporcionalmente, encontramos menos capelas jacobéias (2), certamente por serem menos necessárias. Idêntica situação se verifica na diocese do Porto, onde, em contraste com as 31 paróquias de que S. Tiago é padroeiro, encontramos, até agora, apenas, duas capelas a ele dedicadas, *situação heurística que não consideramos definitiva*, porque para

¹¹⁴ Foi ainda padroeiro *secundário* do Mosteiro de Guimarães e das paróquias de S. Miguel de Cabreiros - Braga (1079) e de Santo André de Parada - Vila do Conde (cf. COSTA, P.º Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro ...*, II, pp. 48-49 e 76.

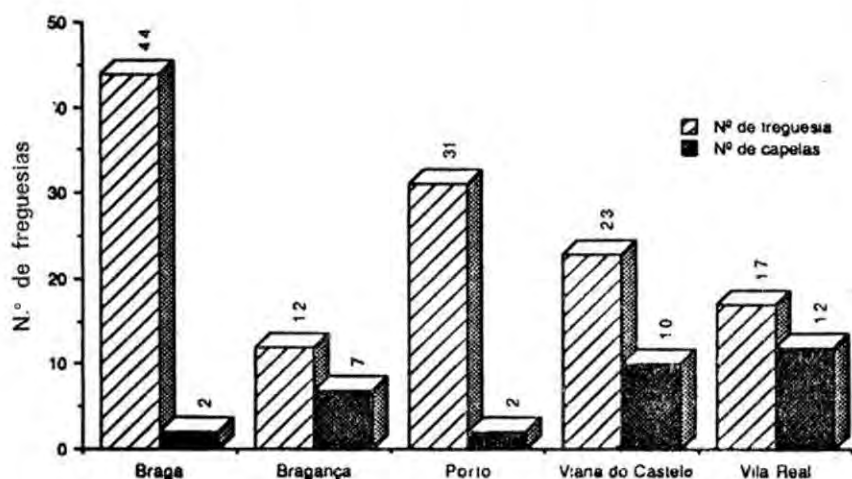


Fig. 1 — Gráfico das paróquias e capelas dedicadas a S. Tiago.

Fonte: A.D.B., *Igrejário* e «Brigantia», vol. XI (2), 1991.

esta diocese não se dispõe de instrumentos de pesquisa semelhantes aos existentes para a Arquidiocese de Braga. Poderemos, assim, concluir que a zona da actual diocese de Viana e as transmontanas de Vila Real e de Bragança foram as que mais responderam ao estímulo da devoção jacobea na Época Moderna.

Não se esqueça, porém, que, entre 1514 a 1546, ano da criação da diocese de Miranda, desmembrada de Braga — aliás profundamente marcada pela devoção e pelo culto de S. Tiago — pertencia também à arquidiocese primaz todo o território destas três dioceses e ainda a parte incorporada na do Porto, por ocasião da divisão administrativa eclesiástica operada pelo cardeal D. Américo.

Além da amplitude que a dispersão dos oragos assume como expressão do culto de S. Tiago no Norte de Portugal, não deveremos olvidar que, durante muito tempo, os conventos franciscanos observantes portugueses pertenceram à província eclesiástica de Santiago de Compostela, e assim permaneciam quando, em 1340, o Capítulo geral de Assis elevou a escola franciscana de Lisboa a *Studium generale*, como decorre das suas actas: «*Ordinata fuerunt duo nova studia generalia, scilicet, Ulixbone in provincia Sancti Jacobi et Rostxillis in provincia Dacie*»¹¹⁵.

¹¹⁵ BRANDÃO, D. de Pinho — *Teologia, Filosofia e Direito na diocese do Porto nos séculos XIV e XV. Alguns subsídios para o seu estudo*, separata de «*Studium Generale*», Porto, vol. 7, 1960, p. 45, nota 1.

8. CAPELAS DE S. TIAGO

A investigação feita sobre esta matéria, revelou-nos que, a partir do século XVI, no âmbito da antiga arquidiocese de Braga, que, até 1546, se estendia até à fronteira portuguesa com Castela, na região de Bragança, foram construídas, pelo menos, 31 capelas dedicadas a S. Tiago. Treze detectámo-las através dos processos de licenciamento para serem benzidas e nelas se poder celebrar missa, organizados na Cúria diocesana, de acordo com as exigências do Concílio de Trento, aplicadas entre nós pelo IV Concílio Provincial de Braga ¹¹⁶, oferecendo-nos, simultaneamente, a informação de que em algumas foi, então, instituída também uma *confraria* para assegurar a manutenção do culto. Assim aconteceu em Vila Real, em 1565 ¹¹⁷, em S. Tiago de Calvos, Póvoa de Lanhoso, em 1716 ¹¹⁸, etc.

Consideramos desnecessário referir nominalmente aqui essas 31 capelas de S. Tiago, porque no mapa correspondente ao *apêndice II*, apresentamos o seu elenco, identificando-se comodamente pelos números de ordem. Do mesmo modo, não nos preocupamos, neste momento, com a sua apreciação arquitectónica nem com a expressão estética da sua iconografia, pois o objectivo fundamental era, valorizá-las, essencialmente, como testemunhos da difusão do culto e da devoção a S. Tiago. E neste sentido, será da maior conveniência prosseguir a investigação, de forma a captar todas as informações fornecidas pelos processos de licenciamento, que, embora possam conter uma parte de formulário, mais ou menos estereotipada, estão recheados de elementos de carácter sociológico, a reter e valorizar, para se compreender a convergência dos factos que estimularam a revitalização do culto de S. Tiago no

¹¹⁶ *Concilium Provinciale Braccarense IIII*, Braccarae, 1567, fl. 115 (Actio V, cap. 48 — «*De novis oratoriis erigendis*»). A documentação braccarense já não abrange as paróquias que, a partir de 1546, passaram a integrar a diocese de Miranda, depois designada Miranda-Bragança. Socorremo-nos, por isso, do estudo em publicação de CUNHA, Arlindo de Magalhães Ribeiro da — ALVES, Maria Manuela Neves — *Caminhos transmontanos de peregrinação a Compostela*, in «Brigantia. Revista de Cultura», Bragança, vol. XI, n.º 14, Julho-Dez., 1991, pp. 39-49.

¹¹⁷ A.D.B., *Registo geral*, cx. 250, n.º 9.

¹¹⁸ A.D.B., *Registo geral*, cx. 66, fls. 171-174. Não há dúvida de que se constituiu uma confraria, uma vez que a não observância das normas estabelecidas pelo visitador implicava sanções bem pesadas para o *juiz*, que era o mais alto representante, dentro da estrutura orgânica da instituição.

ambiente tenso da Reforma e da Reforma Católica, convindo não esquecer que, nos meios protestantes, a epístola de S. Tiago era marginalizada ... Bem gostaríamos de poder responder à pergunta se esta multiplicação de capelas, construídas em sua honra, terá alguma coisa a ver com isso, ou, por outras palavras: este aumento de capelas e de devoção constituirá uma espécie de *reparação* a este Apóstolo.

Observando atentamente a sua distribuição cartográfica, podemos afirmar que é em torno de Chaves e de Vila Real, na região a ocidente de Vimioso e na margem no Alto-Minho que se verifica maior concentração de capelas jacobitas, sendo totalmente aberta a de S. Tiago de Barbeita.

Na impossibilidade momentânea de analisarmos convenientemente a temática destas capelas, construídas em honra de S. Tiago, cujo estudo remetemos para fase ulterior, fixemo-nos, entretanto, em algumas delas, identificando as localidades, datas e condições sociológicas em que as mesmas surgiram, a fim de podermos introduzir aqui um breve apontamento, que permita vislumbrar o interesse e a necessidade de se aprofundar o seu conhecimento, numa perspectiva de conjunto.

Embora apresentemos, no *apêndice II*, um elenco mais extenso, facultamos também aqui o quadro das que atraíram a nossa atenção, em ordem a esta amostragem:

<i>Localidades:</i>	<i>Datas:</i>
Valença do Minho	1558, Agosto, 29
Faia (S. Tiago)	1564
Vila Real	1565, Junho, 30
Barbeita - Monção	1569, Outubro
Seara Velha	1654
Guimarães (S. Tomé de Negrelos) ¹¹⁹	1665
Calvos (S. Gens)	1716

¹¹⁹ Desde o século XIX, pertence ao concelho de Santo Tirso, distrito do Porto.

Não obstante o estudo dos processos canónicos de licenciamento destas capelas ultrapassar o âmbito desta exposição, valerá a pena centrarmos, mesmo de passagem, a nossa atenção sobre as circunstâncias determinantes da sua construção, dimensionada à escala das necessidades da população local, que não deixava de contribuir, de alguma forma, para a concretização da obra, fosse com ofertas, fosse com a prestação de serviços, que, geralmente, não eram contabilizados, podendo, por isso, tê-las verdadeiramente como suas.

Assim, quanto à de S. Tiago e S. João de Valença do Minho, sabemos que o processo foi liderado por Manuel Vasques e outros escudeiros e fidalgos da vila, que disseram que *«hos senhores juizes e vereadores e mais pessoas do regimento desta villa de Valemça tinhaom edificado hũa capella da avocação de São Tiago e São Johaom Baptista a porta da villa pera nos ditos dias e festejarem os ditos Santos e por na dyta villa e seu termo não aver orago nem avocação deles, os dytos senhores do regimento tinhaom jaa gastado na dita capella e retabolo pera ella dozentos cruzados pouco mais ou menos e por ser serviço de Nosso Senhor ...»*¹²⁰.

Quanto à capela construída em Vila Real, embora a principal doadora tenha sido Briolanja da Nóbrega, com mais de 300 cruzados, são os *moradores* que aparecem a declarar no processo que *«eles por sua devoção erigiram novamente dentro da dita vila uma ermida da invocação do bemaventurado Santiago e isto por sua devoção e por não aver casa deste Santo senão muyto longe da Vila ...»*, pelo que não lhe podiam prestar a veneração conveniente¹²¹.

No caso da de Barbeita, os fundadores foram os senhores da Quinta do Paço, no intuito de beneficiarem os participantes nas procissões da quaresma, sobretudo os *disciplinantes*. As verdadeiras motivações, conforme expusemos no estudo que lhe dedicámos, terão sido de natureza pessoal¹²².

¹²⁰ A.D.B., *Registo geral*, cx. 250, n.º 40.

¹²¹ A.D.B., *Registo geral*, cx. 250, n.º 9.

¹²² A.D.B., *Registo geral*, cx. 283, n.º 3. MARQUES, José — *A capela aberta de S. Tiago de Barbeita, Monção*, in «Arquivo do Alto Minho», Viana do Castelo, vol. 28 (8.º da 3.ª série), tomo único, 1987, pp. 92-117.

Em relação à de Seara Velha, foi o estado de ruína da capela de S. Nicolau, que deu origem a uma capela nova, dedicada a S. Tiago.

Em S. Gens de Calvos, foi o visitador quem urgiu a reparação da capela, acabando por ser inaugurada, alguns anos depois de esgotado o prazo inicialmente estabelecido pelo visitador, assegurando-lhe, então, património conveniente, encerrando-se este processo, em 25 de Maio de 1716¹²³.

Finalmente, Gregório Ferreira, fidalgo da casa de S. Majestade, governador da milícia de Guimarães com sua mulher, D. Margarida Luísa de Vilhena Coutinho dotaram a capela que fizeram e dedicaram a S. Tiago na sua Quinta do Paço, sita em S. Tomé de Negrelos, então do termo de Guimarães¹²⁴ e actualmente integrada no concelho de Santo Tirso.

Deste breve elenco de situações, em que ao lado de fidalgos e nobres, incluindo o comandante militar de Guimarães e a vereação de Valença, ou simples populares, poderemos concluir que as preocupações com a intensificação do culto ao Apóstolo S. Tiago estavam presentes em todos os estratos sociais.

9. CONCLUSÃO

Muitas outras referências poderíamos ter aduzido comprovativas do culto de S. Tiago no Norte de Portugal, como a referência mais desenvolvida a albergarias de que era titular, como as da cidade de Braga e da então vila de Guimarães. cremos, porém, que o conjunto de informações aqui apresentado constitui prova suficientemente explícita da extensão e diacronia do culto de S. Tiago nesta vasta região.

Podemos, assim, concluir que, pelo menos, desde o terceiro quartel do século IX, o culto de S. Tiago está solidamente implantado nas terras de entre Douro e Minho, presidindo a numerosas paróquias, como seu padroeiro.

¹²³ A.D.B., *Registo geral*, liv. 66, fls. 171-174.

¹²⁴ A.D.B., *Registo geral*, liv. 39, fl. 65v.

Para esta difusão terão contribuído também as numerosas peregrinações, que, tanto na parte transmontana como na do Minho, tiveram forte impacto sobre as populações locais.

Um dos aspectos mais interessantes que esta investigação nos revelou foi o da crescente renovação deste culto na época moderna, traduzido, no considerável número de capelas novas, que então lhe foram dedicadas. A investigação terá de prosseguir, valorizando convenientemente a rede de *altares* e o elevado número de *imagens* deste Santo, existentes em igrejas paroquiais e capelas que não o têm como orago ou titular, em museus e em colecções particulares (apurando, em quaisquer casos, as respectivas proveniências), elementos que muito contribuirão para se apertar a malha dos centros de culto dedicados a este Apóstolo, tanto à margem dos caminhos de peregrinação, como em lugares recônditos, que nem por isso deixaram de o homenagear.

É por isso que, estudar o *caminho de S. Tiago* — entendido como noção plural — quando se aproxima o jubileu de 1993, e cada vez ressoa mais forte o apelo de João Paulo II à Europa, no sentido de que descubra as suas raízes cristãs e por elas se deixe guiar no quotidiano, e quando o próprio Conselho da Europa reconhece a este *caminho* as virtualidades de elemento polarizador da unidade cultural e da fraternidade entre os povos do continente europeu e dos que vivem para além das suas fronteiras, estudar este *caminho*, dizíamos, exige que, a par dos aspectos culturais se valorizem também os religiosos, uns e outros fundamentais em todo este processo histórico, já que para largas camadas humanas poderão ser, se não o único, o principal meio de apelo à fraternidade e ao entendimento entre os homens.

APÊNDICES

I

PARÓQUIAS QUE TÊM (OU TIVERAM) S. TIAGO
COMO PADROEIRO

<i>Paróquias</i>	<i>Arciprestados</i> ¹²⁵	<i>Dioceses</i>
S. Tiago de:		
1 — Açougues (<i>extinta</i>)	Guimarães	Braga
2 — Adeganha	Moncorvo	Bragança
3 — Aldreu	Barcelos	Braga
4 — Alhariz	Valpaços	Vila Real
5 — Amedo	Carrazeda de Ansiães	Bragança
6 — Amorim	Vila do Conde	Braga
7 — Andrães	Vila Real	Vila Real
8 — Anha	Viana	Viana do Castelo
9 — Anhões	Monção	Viana do Castelo
10 — Antas	Famalicão	Braga
11 — Arcozelo	Vila Verde	Braga
12 — Areias	Famalicão	Braga
13 — Atiães	Vila Verde	Braga
14 — Boivão	Valença	Viana do Castelo
15 — Bougado	Santo Tirso I	Porto
16 — Brandara	Ponte de Lima	Viana do Castelo
17 — Burgães	Santo Tirso II	Porto
18 — Caldelas	Amares	Braga
19 — Calvos (<i>extinta</i>) ¹²⁶	Póvoa de Lanhoso	Braga
20 — Cambeses (Couto de)	Barcelos	Braga
21 — Candozo, S. Tiago	Guimarães	Braga
22 — Capela	Penafiel I	Porto
23 — Carapeços	Barcelos	Braga
24 — Cardielos	Viana	Viana do Castelo
25 — Carralcova	Arcos de Valdevez	Viana do Castelo
26 — Carreira	Famalicão	Braga
27 — Carreira	Santo Tirso II	Porto
28 — Carreiras, S. Tiago	Vila Verde	Braga

¹²⁵ Porque estamos a utilizar a divisão administrativa eclesiástica, empregamos o termo *arciprestados*, que pode ter outras designações, como *vigararias*. Em algumas dioceses, a necessidade ou a simples conveniência pastoral levaram à subdivisão dos arciprestados ou vigararias, situação indicada através de números romanos.

¹²⁶ Hoje lugar da freguesia de S. Gens de Calvos, Póvoa de Lanhoso.

<i>Paróquias</i>	<i>Arciprestados</i>	<i>Dioceses</i>
S. Tiago de:		
29 — Carvalhosa	Santo Tirso	Porto
30 — Castelo de Neiva	Viana	Viana do Castelo
31 — Castelões	Famalicão	Braga
32 — Cendufe (<i>Sendufe</i>)	Arcos	Viana do Castelo
33 — Cepões (<i>Sepões</i>)	Ponte de Lima	Viana do Castelo
34 — Cerdedo	Boticas	Vila Real
35 — Cernadelo	Lousada	Porto
36 — Chamoim	Terras de Bouro	Braga
37 — Cividade	Braga	Braga
38 — Codal	Macieira de Cambra	Porto
39 — Coelhoso	Izeda	Bragança
40 — Corujas, S. Tiago	Macedo de Cavaleiros	Bragança
41 — Cossourado	Barcelos	Braga
42 — Couto, S. Tiago	Barcelos	Braga
43 — Creixomil	Barcelos	Braga
44 — Cristelo	Caminha	Viana do Castelo
45 — Cruz (outrora da <i>Forca</i>)	Famalicão	Braga
46 — Custóias	Matosinhos	Porto
47 — Encourados	Barcelos	Braga
48 — Espargo	Feira III	Porto
49 — Esporões	Braga	Braga
50 — Faia ¹²⁷	Cabeceiras de Basto	Braga
51 — Feitos	Barcelos	Braga
52 — Fervidelas	Montalegre	Vila Real
53 — Figueiró	Amarante I	Porto
54 — Figueiró	Santo Tirso II	Porto
55 — Folhadela	Vila Real	Vila Real
56 — Fontão	Valença	Viana do Castelo
57 — Fonte Arcada	Penafiel I	Porto
58 — Fontes	Penaguião	Vila Real
59 — Fraião	Braga	Braga
60 — Gagos	Celorico de Basto	Braga
61 — Gavião	Famalicão	Braga
62 — Gemieira	Ponte de Lima	Viana do Castelo
63 — Goães	Amares	Braga
64 — Guilhofei	Vieira do Minho	Braga
65 — Infesta	Paredes de Coura	Viana do Castelo

¹²⁷ Além de S. Tiago ser o padroeiro, erigiram-lhe aí também uma capela, em 1564.

<i>Paróquias</i>	<i>Arciprestados</i>	<i>Dioceses</i>
S. Tiago de:		
66 — Junqueira ¹²⁸ (S. Filipe)	Moncorvo	Bragança
67 — Labruge	Vila do Conde I	Porto
68 — Lagomar (<i>extinta</i> ¹²⁹)	Macedo de Cavaleiros	Bragança
69 — Lamas de Olo	Vila Real	Vila Real
70 — Lanhoso	Póvoa de Lanhoso	Braga
71 — Lobão	Feira II	Porto
72 — Lodões	Vila Flor	Bragança
73 — Lordelo	Guimarães	Braga
74 — Lourosa	Feira I	Porto
75 — Lustosa	Lourosa	Porto
76 — Mesquinhata	Marco I	Porto
77 — Milheirós	Macieira de Cambra	Porto
78 — Modelos	Paços de Ferreira	Porto
79 — Moldes (<i>extinta</i> ¹³⁰)	Barcelos	Braga
80 — Mondrões	Vila Real	Vila Real
81 — Mouquim	Famalicão	Braga
82 — Mourilhe	Montalegre	Vila Real
83 — Nogueira (Couto de)	Cerveira	Viana do Castelo
84 — Oliveira	Póvoa de Lanhoso	Braga
85 — Oura	Chaves	Vila Real
86 — Ourilhe	Celorico de Basto	Braga
87 — Outiz	Famalicão	Braga
88 — Parada	Alfândega da Fé	Bragança
89 — Penso	Melgaço	Viana do Castelo
90 — Pias	Monção	Viana do Castelo
91 — Pinheiro	Felgueiras I	Porto
92 — Poiães	Ponte de Lima	Viana do Castelo
93 — Priscos	Braga	Braga
94 — Rande	Felgueiras	Porto
95 — Rebordões	Santo Tirso II	Porto
96 — Rio Meão	Feira I	Porto
97 — Romarigães	Paredes de Coura	Viana do Castelo

¹²⁸ Outrora tinha como oragos S. Filipe e S. Tiago, mas, actualmente, só o primeiro. Em 1975, estava anexa à de Sampaio (cf. *Anuário Católico de Portugal*, Lisboa, 1975, p. 91). Em 1940, já era considerada povoação de Adeganha (COSTA, Américo — *Diccionario chorográfico de Portugal continental e insular*, vol. VII, Lisboa, 1940, p. 235).

¹²⁹ Tinha S. Tiago como padroeiro. Actualmente, é uma povoação de Donai, Bragança (COSTA, Américo — *O. c.*, vol. VII, p. 153).

¹³⁰ Foi incorporada na de Santa Marinha de Remelhe, Barcelos, em 1566 (COSTA, P.ª Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro ...*, II, p. 19).

<i>Paróquias</i>	<i>Arciprestados</i>	<i>Dioceses</i>
S. Tiago de:		
98 — Ronde	Lousada	Porto
99 — Ronfe	Guimarães	Braga
100 — Riba-Ul, S. Tiago	Oliveira de Azeméis	Porto
101 — Sabariz	Vila Verde	Braga
102 — Sabariz (<i>extinta</i> ¹³¹)	Bragança	Bragança
103 — Sampriz	Ponte da Barca	Viana do Castelo
104 — S. ^{ta} Lucrécia de Algeriz	Braga	Braga
105 — Seara Velha ¹³²	Chaves	Vila Real
106 — Sendim	Felgueiras I	Porto
107 — Sequeade	Barcelos	Viana do Castelo
108 — Silvade	Feira I	Porto
109 — Sopo	Cerveira	Viana do Castelo
110 — Soutelo do Vale	Vila Pouca de Aguiar	Vila Real
111 — Sub-Arrifana	Paredes II	Porto
112 — Tabaçó	Arcos de Valdevez	Viana do Castelo
113 — Torre de Moncorvo ¹³³	Moncorvo	Bragança
114 — Torre do Pinhão	Sabrosa	Vila Real
115 — Tronco (Monforte)	Chaves	Vila Real
116 — Valadares	Baião	Porto
117 — Valpedre	Penafiel I	Porto
118 — Vila Chã	Alijó	Vila Real
119 — Vila Chã	Ponte da Barca	Viana do Castelo
120 — Vila Chã do Marão	Amarante II	Porto
121 — Vila Cova	Vila Real	Vila Real
122 — Vila de Ala (<i>orago ant.</i>)	Mogadouro	Bragança
123 — Vila Seca	Barcelos	Braga
124 — Vilar Seco	Vimioso	Bragança
125 — Vilarelho da Raia	Chaves	Vila Real
126 — S. Tiago (<i>extinta</i>)	Guimarães	Braga ¹³⁴
127 — S. Tiago da Sé	Braga	Braga ¹³⁵

¹³¹ Tinha S. Tiago como padroeiro. É uma povoação de Donai, Bragança (cf. «Brigantia», Bragança, XI, Julho-Dez., 1991, p. 64).

¹³² Tem também uma capela dedicada a S. Tiago, em 1654.

¹³³ Até ao século XIX, teve S. Tiago como padroeiro (cf. «Brigantia», Bragança, XI, Julho-Dez., 1991, p. 61).

¹³⁴ P.M.H., *Inquisitiones (Inquirições de D. Afonso III)*.

¹³⁵ A.D.B., *Censual do Cabido* (1369-1380): «As freygesia de Sam Tiago da See e de Sam Tiago da Cidade e de Sam Johanne do Souto a parte do Cabidoo soya de valer doze maravedi» (Ver COSTA, P.: Avelino de Jesus da Costa — *O Bispo D. Pedro ...*, II, p. 313).

II

CAPELAS DE S. TIAGO

(Construídas nos séculos XVI-XVIII)

<i>Paróquias</i> ¹³⁶	<i>Arciprestados</i>	<i>Dioceses</i>
1 — Ardãos, Santo André	Boticas	Vila Real
2 — Barbeita	Monção	Viana do Castelo
3 — Bornes de Aguiar ¹³⁷	Vila Pouca de Aguiar	Vila Real
4 — Calvos, S. Gens	Póvoa de Lanhoso	Braga
5 — Campos de Vóboras ¹³⁸	Vimioso	Bragança
6 — Castelo de Eiras	Chaves	Vila Real
7 — Cerdal, Santa Eulália	Valença	Viana do Castelo
8 — Faia ¹³⁹	Cabeceiras de Basto	Braga
9 — Grovelas, S. João	Ponte da Barca	Viana do Castelo
10 — Ligares	Freixo de Espada à Cinta	Bragança
11 — Limões, S. João Baptista	Mondim de Basto	Vila Real
12 — Mairos	Chaves	Vila Real
13 — Miranda, Santa Maria	Arcos de Valdevez	Viana do Castelo
14 — Mirandela (na muralha)	Mirandela	Bragança
15 — Moure, o Salvador	Felgueiras I	Porto
16 — Murça (lugar de Murça)	Murça	Vila Real
17 — Negrelos, S. Tomé	Santo Tirso	Porto
18 — Oucidres (antiga capela)	Chaves	Vila Real
19 — Paderne (lugar de Pomares)	Melgaço	Viana do Castelo
20 — Paredes do Rio, S. ^{to} Ant. ^o	Chaves	Vila Real
21 — Passos (lugar de Sobrados)	Mirandela	Bragança
22 — Romarigães ¹⁴⁰	Paredes de Coura	Viana do Castelo
23 — Salsas (lugar de Moredó)	Rebordãos	Bragança
24 — Sanfins do Douro ¹⁴¹	Alijó	Vila Real
25 — Santa Maria da Vinha	Viana	Viana do Castelo
26 — Seara Velha ¹⁴²	Chaves	Vila Real
27 — Talhinhas (l. de Gralhós)	Macedo de Cavaleiros	Bragança
28 — Valença (Santo Estêvão)	Valença	Viana do Castelo
29 — Vila Meã	Cerveira	Viana do Castelo
30 — Vila Real	Vila Real	Vila Real
31 — Vilela do Tâmega ¹⁴³	Chaves	Vila Real
32 — S. Tiago da Praça	Guimarães	Braga ¹⁴⁴
33 — S. José de Ribamar	Vila do Conde	Braga

¹³⁶ Indica as paróquias onde estão situadas estas capelas de S. Tiago.

¹³⁷ A capela está situada no lugar de Vila Meã.

¹³⁸ Está situada no lugar de Eiras.

¹³⁹ S. Tiago é também o padroeiro desta freguesia.

¹⁴⁰ S. Tiago é também o padroeiro desta freguesia.

¹⁴¹ A capela está situada no lugar de Cheires.

¹⁴² S. Tiago é também padroeiro desta freguesia.

¹⁴³ A capela ergue-se no lugar de Redial, desta paróquia.

¹⁴⁴ CALDAS, Padre — *Guimarães, apontamentos para a sua história*,

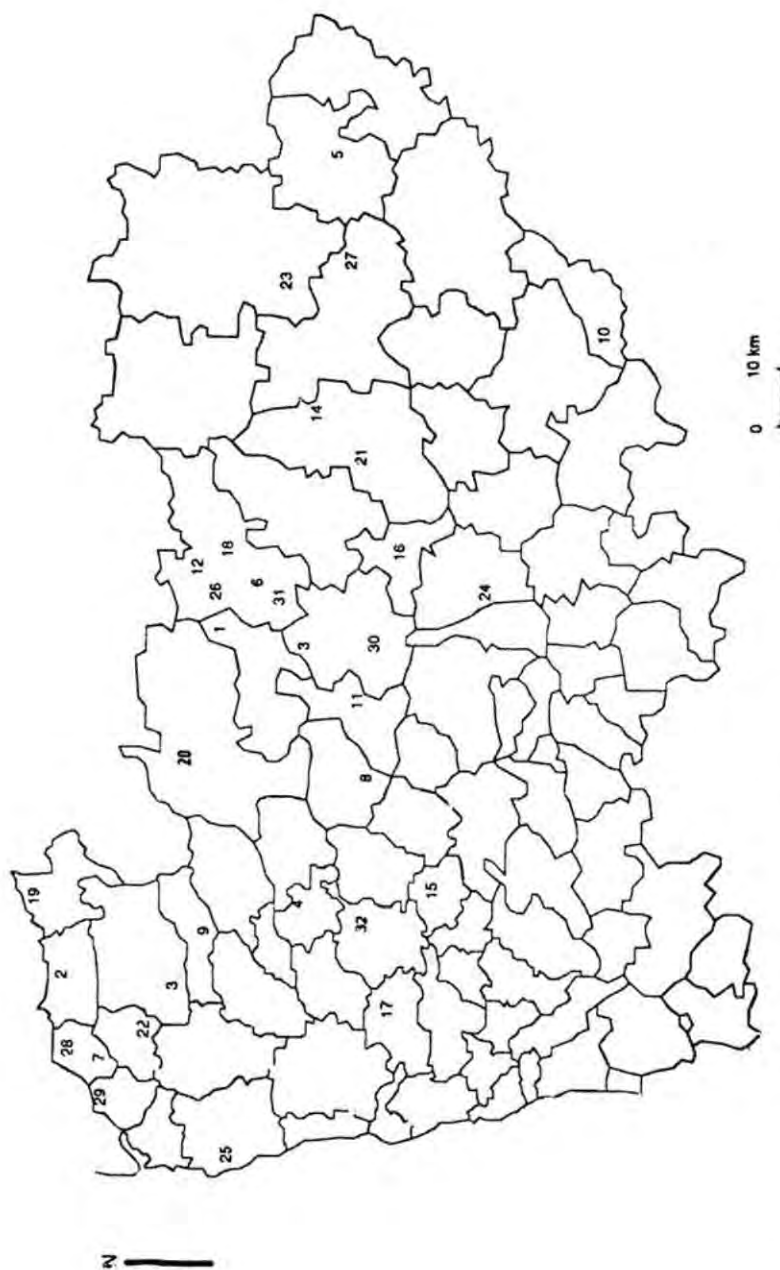
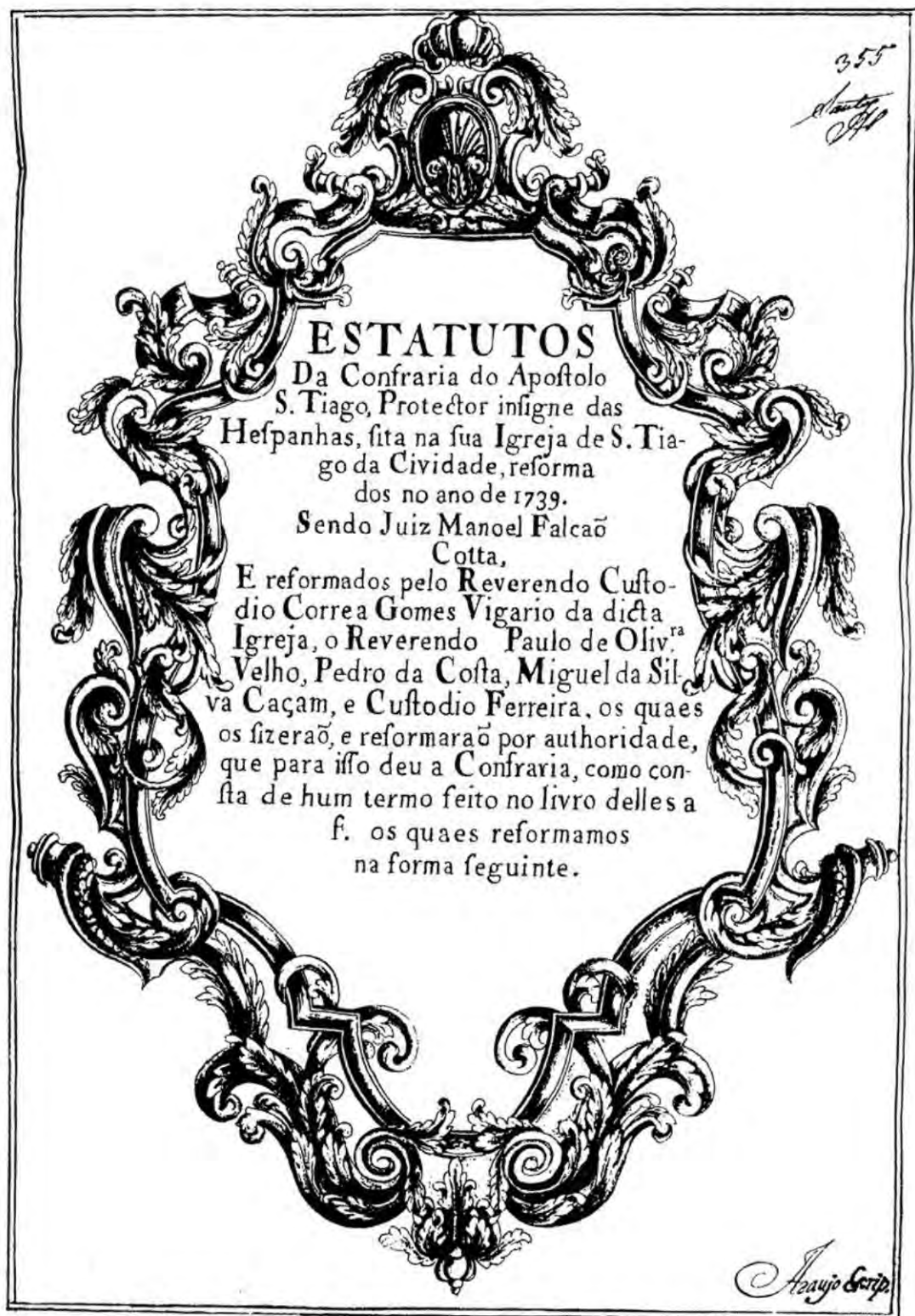


Fig. 3 — Capelas de S. Tiago construídas, no Norte de Portugal, nos séculos XVI-XVIII.

Fonte: Arquivo Distrital de Braga, *Registo Geral* e «Brigantia», XI (2) 1991.

Os números localizam as capelas no mapa e identificam, no *apêndice II*, as paróquias em que elas se encontram.

Agradeço à Sr. Prof.^a Doutora Rosa Fernanda Moreira da Silva a elaboração informática dos mapas apresentados nas figuras 2 e 3.



ESTATUTOS

Da Confraria do Apostolo
S. Tiago, Protector insigne das
Hespanhas, sita na sua Igreja de S. Tia-
go da Cidade, reforma
dos no ano de 1739.

Sendo Juiz Manoel Falcão
Cotta,

E reformados pelo Reverendo Custo-
dio Correa Gomes Vigario da dicta
Igreja, o Reverendo Paulo de Oliv.^{ra}
Velho, Pedro da Costa, Miguel da Sil-
va Caçam, e Custodio Ferreira, os quaes
os fizeraõ, e reformaraõ por authoridade,
que para isso deu a Confraria, como con-
sta de hum termo feito no livro delles a
f. os quaes reformamos
na forma seguinte.

Fig. 4 — Arquivo da Real Irmandade de Santa Cruz, Braga — Frontispício dos Estatutos da Confraria de S. Tiago da Cidade, reformados em 1739. (Assinado): — «Araujo escript(sit)»